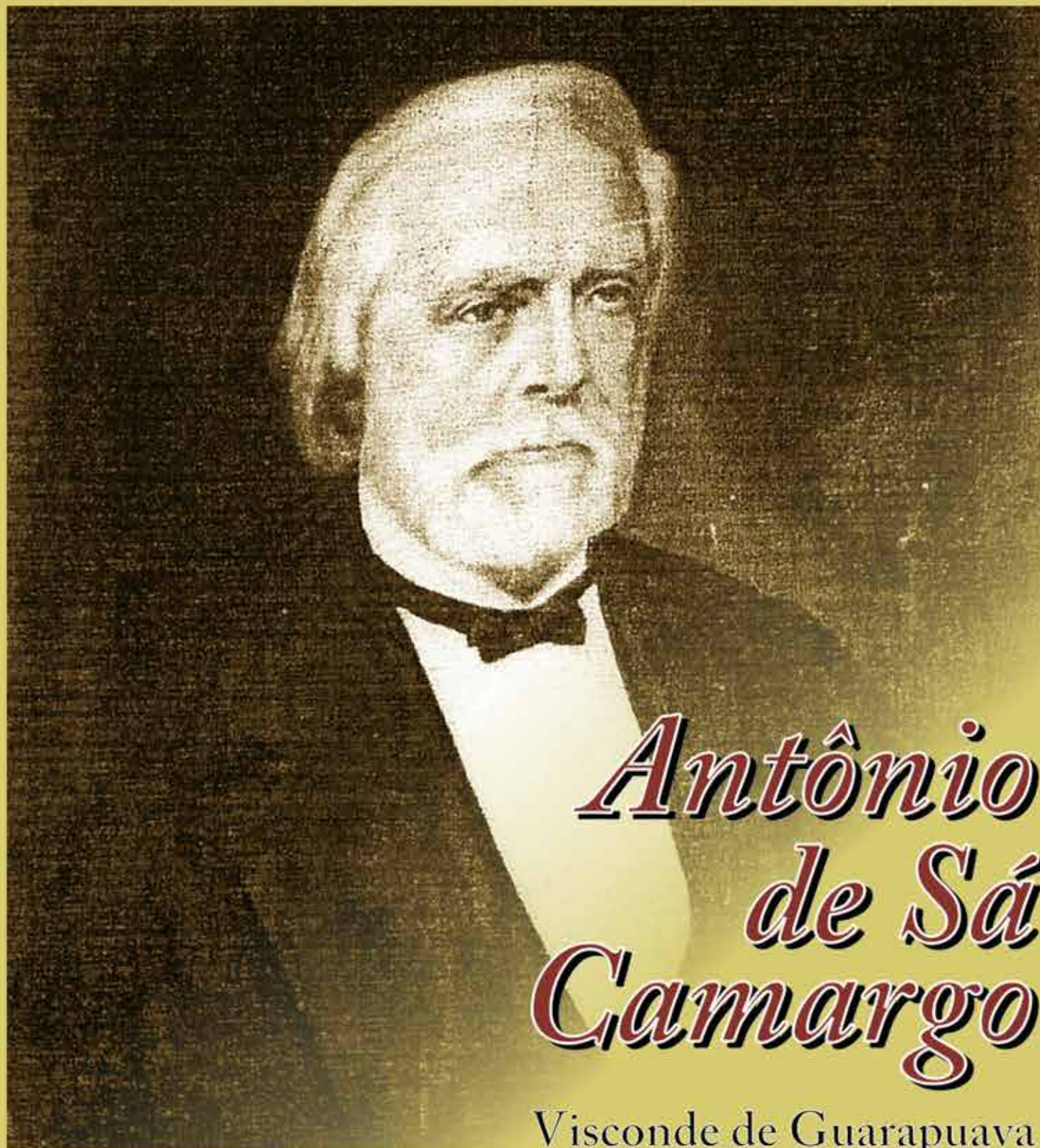


TOGA^e literatura

Revista cultural da Amapar
Dezembro 2008 - #02



Artigos
Crônicas
Músicas
Pinturas
Poesias



Antônio de Sá Camargo

Visconde de Guarapuava

Foram e são muitos os caminhos paralelos ou concomitantes trilhados pelos magistrados e suas mulheres ao longo da vida. O atleta destacado, o militar e o líder comunitário, o literato preocupado com a promoção social e cultural, dão lugar ou convivem com essas criaturas multifacetadas e talentosas.

A música dos juízes aí se inclui. Cantar é um refrigerio para o espírito. Alguns abandonaram promissora carreira artística para se dedicar à arte de julgar. Apesar da distância que os separa daquele prazer, quando se reúnem, nos finais de encontros esportivos e jurídicos ou na aposentadoria, recuperam as melodias e alegrias da mocidade e tocam e cantam e declamam. Repousam a mente e se refazem para enfrentar a batalha diária.

A história de vida de um juiz é contada por suas ações, lembrada pelos embates vividos, medida pela sua dignidade. No centenário de nascimento de magistrados, seus filhos narram a carreira e o cotidiano do antepassado, servindo de exemplo e referência, porque a vida é uma repetição. Aprimoramos nossa conduta, espelhando-nos em seu legado.

A capa apresenta o Visconde de Guarapuava, nome de importante avenida curitibana, para homenagear a pessoa de Antônio de Sá Camargo, o Visconde, cuja vida e obra meritórias concorreram para o desenvolvimento e progresso de nossa terra.

A fotógrafa, a poetisa, a pintora, a professora, a mãe acompanharam seus maridos magistrados pelas precárias estradas, choraram a falta de recursos, engomaram colarinhos, embalsamaram crianças, viveram lado a lado os percalços e as vitórias, sem perder o lirismo, a sensibilidade expressadas nas palavras, nas tintas, captando a beleza da natureza, olhando da janela o desenrolar da carreira abraçada por seu marido, aliás, por ela também.

Aproveite o ensejo para desejar a todos, um ano novo com paz e saúde e desejos concretizados.



 **Chlois Elaine Justen de Oliveira**
Editora

EXPEDIENTE

TOGA E LITERATURA

Caderno Cultural da Associação dos Magistrados do Paraná

Fundada em 18 de fevereiro de 2008 – Resolução N.º 67/2008

Presidente da Amapar: Miguel Kfourri Neto • **Diretora do Departamento de Memória e Arquivo e Editora:** Chlois Elaine Justen de Oliveira • **Jornalista Responsável:** Marco Medeiros - Drt/PR 3362 • **Edição, projeto e produção gráfica:** M.M-Artes Gráficas Ltda. • **Impressão:** Gráfica Capital Ltda. • **Tiragem:** 1500 exemplares • **Colaboradores:** Silmara Duarte da Silva Wolff, Rômulo Cardoso, Elis Ribeiro, Álvaro Borba, Michael Salvego e Maricléia Amaral de Sá • **Fotos:** Júlio César Souza, Irineu Włodarczyki, Vitório Prado Klein e Arquivo Pessoal.

Associação dos Magistrados do Paraná - Amapar

Palácio da Justiça - 9º andar - Palácio da Justiça - Centro Cívico - 80.530-912 - Curitiba - PR - Telefones: (41) 3017-1600 e 3017-1601.

A Revista **Toga e Literatura**, não pode ser reproduzida no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização de seus editores.



Admiro, há muito, o poeta português SIDÓNIO MURLHA, já falecido, e que residiu em Curitiba durante longos anos (não sou o único, pois até conhecido político tratou de popularizar a obra de SIDÓNIO). Há de ser lembrado, principalmente nesta época do ano pelo poema *Natal*: **“Hoje é dia de Natal. / O jornal fala dos pobres / em letras grandes e pretas, / traz versos e historietas / e desenhos bonitinhos, / e traz retratos também / dos bodos, bodos e bodos, / em casa de gente bem. // Hoje é dia de Natal. / - Mas quando será de todos?”**

‘Bodos’, elucida Aurélio, é distribuição de alimentos, roupas e dinheiro aos pobres em dia festivo. Mas significa também iguaria, banquete. Ambas as acepções ampliam o significado do poema de Sidónio.

Todavia, vez por outra surgem pessoas quase analfabetas, unidas com o dom de versejar. É o caso de Antônio Gonçalves da Silva, o **Patativa do Assaré** (*1909+2002), nascido em Assaré, perto do Crato, no Vale do Cariri. Passou seis meses na escola. Quando morreu, era Doutor *Honoris Causa* por três Universidades.

A expressividade do belíssimo poema **Cante lá que eu canto cá**, no qual o poeta do sertão ‘conversa’ com o poeta da cidade, demonstra o gênio de Patativa. Logo no início, ele diz:

“Poeta, cantor da rua
Que na cidade nasceu,
Canta a cidade que é sua,
Que eu canto o sertão, que é meu...”

E continua:

“Repare que a minha vida
É deferente da sua,
A sua rima pulida
Nasceu no salão da rua.
Já eu sou bem deferente,
Meu verso é como a simente
Que nasceu inriba do chão;
Se aí você teve estudo,
Aqui, Deus me ensinou tudo,
Sem de livro precisá

Por favor, não mexa aqui,
Que eu também não mexo aí,
Cante lá, que eu canto cá. (...)”

“Mas porém eu não invejo
O grande tesôro seu
Os livros do seu colejo,
Onde você aprendeu.
Pra gente aqui sê poeta
E fazê rima completa,
Não precisa professô;
Basta vê no mês de maio,
Um poema em cada gaió
E um verso em cada fulô.” (...)

“Amigo, não tenha quêxa,
Veja que eu tenho razão
Em lhe dizê que não mêxa

Nas coisas do meu sertão.
Pois, se não sabe o colega
De quá manêra se pega
Num ferro pra trabaiá,
Por favô, não mêxa aqui,
Que eu também não mêxo aí,
Cante lá que eu canto cá.” (...)

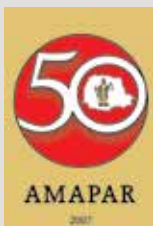
“Aqui findo esta verdade
Toda cheia de razão:
Fique na sua cidade
Que eu fico no meu sertão.
Já lhe mostrei um ispeio,
Já lhe dei grande conseio
Que você deve tomá.
Por favor, não mêxa aqui,
Que eu também não mêxo aí,
Cante lá que eu canto cá.”

Também este segundo número da revista **Toga e Literatura** vem a lume inspirado pela radiosa inteligência e invulgar dedicação ao trabalho da nossa editora, Prof.^a Chloris Elaine Justen de Oliveira.

Temos a convicção de que o conteúdo, mais uma vez, superará a expectativa dos nossos exigentes leitores.

Agradecemos ao Banco do Brasil – instituição bicentenária – o valioso apoio .
Cordial abraço,

Miguel Kfoury Neto
Presidente da AMAPAR





Todo
seu



O Banco do Brasil é o banco que mais apóia a cultura. São espetáculos, exposições, teatro, música e literatura, durante os 365 dias do ano, através dos Centros Culturais e suas Itinerâncias, que levam arte e conhecimento a preços populares para todos os brasileiros.

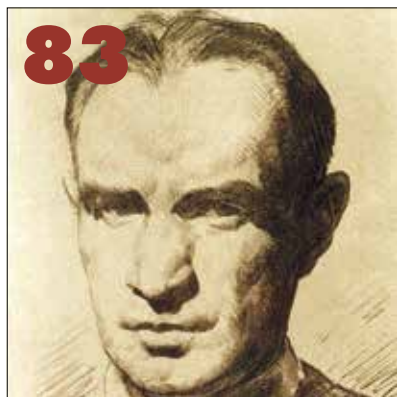
**Banco do Brasil. 200 anos
fazendo o futuro.**

bb.com.br/cultura

Fazer o futuro

é levar cultura para todo o Brasil,
durante os
365 dias do ano.

BANCO DA CULTURA



Otelo e Desdêmona 12
Centenário - James Pinto de Azevedo Portugal 14
A condição da mulher na pós-modernidade 22
PACTO Eu faço! 24
Espertus fisiqueitur plus 26
A música é vida 28
Centenário - Edmundo Alberto Mercer Junior 32
Poesias 69
Priscila Prado 72
Ricardo Lopes Sampaio 74
Mário Stasiak 76
Maria Ângela Tassi Simões Teixeira 78
Luís Silva e Albuquerque 80
Rubens Bittencourt 81

O atleta e o magistrado

Por Adolpho Krüger Pereira

Nasci em Paranaguá, e foi ali, na praça dos eucaliptos, nos fundos da casa de minha avó, que, juntamente com outros meninos, comecei a dar os primeiros chutes, com bola de tento, a que se usava na época.

O apelido Afinho é de família. Meu avô materno falecera quando minha mãe tinha apenas cinco anos de idade. Chamava-se Adolpho Krüger. Meu irmão mais novo, Agostinho Pereira Alves Neto, tinha dificuldade como todas as crianças de pronunciar o polissílabo Adolfinho e, suprimia a segunda sílaba, chamava-me Afinho, o que foi adotado por todos. Até hoje, superando as atividades, a pessoa, as posições, todos os que me conhecem preferem me chamar de Afinho, o que me agrada e devo ao meu irmão Neto.

Na minha terra, em time organizado, só joguei uma vez. No infantil do Rio Branco, quando ganhamos de goleada. Fiz vários gols.

Até então eu me recordo que só havia visto uma partida de futebol com meu pai, quando morávamos no Rio de Janeiro. Daquele jogo eu não me lembro de nada, apenas de que os times eram o Vasco da Gama e o Botafogo e o embate terminou em 1x1.

Mudamo-nos para Curitiba no final do ano de 1939 e no ano seguinte fui matriculado no Ginásio Paranaense na Rua Ébano Pereira, esquina da Rua Saldanha Marinho, rua na qual se situava a Peixaria Brasileira, bem ao lado do

Ginásio. Esta pertencia ao meu pai e ali comecei a trabalhar como entregador de peixe, nos diversos hotéis de nossa capital.

Em frente ao Ginásio havia uma pracinha na qual juntamente com os colegas do ginásio fazíamos nossas peladas, quando não havia aula.

Meu tio e grande amigo Gabriel Frecceiro de Miranda, irmão de minha mãe, que mais tarde veio a ser magistrado de grande talento, tinha vindo de Paranaguá para trabalhar em Curitiba. Ele era também um atleta. Praticava o futebol como goleiro do Oceania naquela cidade e era um ídolo do basquete. Por suas qualidades foi convidado, por carta, para treinar no time do Guimarães, que era organizado pela família de Luiz Guimarães e seu filho Zuílio. Tinha como treinador o famoso jogador da época Janguinho que jogara no Santos e fora campeão. Considerado um dos maiores destaques do futebol na época.

Como Gabriel estava morando em nossa casa, convidou-me para ir consigo ao Guimarães, cujo campo se situava na propriedade da família que residia no local. É o atual Castelo do Batel que depois foi vendido para o ex-governador Moisés Lupion e hoje é um local famoso para eventos sociais.

Pedi-me para que eu também levasse uma chuteira. Fomos bem recebidos. Gabriel exibiu a carta-convite, com a qual adentramos o vestuário. E por engano mandaram que eu me fardasse também, acreditando que eu também havia recebido uma carta-convite.

Gabriel, no gol fazia proezas, e eu, torcia por ele. Acontece que quase no fim do treino, com pena de mim que ainda me encontrava sentado no banco, Janguinho, depois de perguntar em qual posição eu jogava, mandou-me entrar no treino. Em poucos minutos fiz excelentes jogadas e marquei dois gols. Foi um sucesso! Todos me perguntavam em qual time eu jogava, respondia que em nenhum. Fui aprovado por todos que pediram oficialmente para que eu passasse a integrar a equipe. Tudo aconteceu graças ao Gabriel que inclusive desistiu do seu lugar em meu favor.

A equipe do Guimarães era a melhor daquela época, o time era imbatível. Não me recordo de haver perdido uma única vez. Ali despontaram muitos jogadores que ficaram famosos não só no futebol, onde eram todos craques, como também em outras áreas. Destaco entre eles o Jackson Nascimento no futebol, Jayme Canet na política, Leônidas Mocellin, Sérgio Marcondes, Vasco Coelho, José Rocha e Francisco Boscardin na medicina, e tantos outros de não menor expressão.



Havendo a família Guimarães dado um fim ao time, o técnico Janguinho adotou-o com o nome de Glória Futebol Clube que continuou com o sucesso adquirido pelo Guimarães.

Luís Guimarães era atleticano e fora presidente do Clube. Foi em sua gestão que juntamente com o seu amigo Hermano Machado, adquiriu o campo utilizado até hoje pelo atual Atlético Paranaense. Assim procedeu porque foi pressionado pela família Hauer, proprietária do terreno que não queria mais alugar o campo, locado para o Internacional por seu presidente Joaquim Américo Guimarães.

Após a aquisição, os adquirentes o alugaram para o Clube Atlético Paranaense e logo

a seguir permutaram o terreno com outros, doados pelos governos de Afonso Camargo, para o Internacional, e Manoel Ribas, para o Atlético.

Acredito que por isso o Janguinho, para agradecer os Guimarães, após a extinção do time Glória Futebol Clube colocou todos os seus jogadores no Clube Atlético Paranaense.

Do Juvenil do Atlético fui servir ao exército nacional no ano de 1945. Fui para a EIM 321 (Escola de Instrução Militar 321) que era situada no Coritiba Futebol Clube.

A guerra com os europeus acabou em maio de 1945 e nos livramos da viagem para a Itália, já que estávamos no sexto escalão que só se deslocaria para lá em outubro daquele mesmo ano.

Em seguida, no ano de 1946, fui para o Juventus, onde permaneci por muito pouco tempo, tendo jogado no Torneio Início daquele campeonato e em apenas uma partida vencemos o Britânia por 4x1, com um gol de minha autoria.

Parei momentaneamente com o futebol naquela ocasião, pois havia feito concurso e fui aprovado. Passei a trabalhar na Companhia de Seguros Sul América Marítimos e Acidentes e lá me encontrava há alguns meses quando ali compareceu o oficial da Aeronáutica Tenente Nuno Fernandes, vindo do Rio de Janeiro. Foi treinador do Bonsucesso e passou a treinar o Juventus desta Capital e soube que eu poderia preencher as deficiências que havia na sua equipe.

Aceitei a oferta e fui treinar no Juventus onde na época encontravam-se valores como Nininho, desembargador Plínio Cachuba de saudosa memória. Toni, mais tarde ídolo no Coritiba, Renatinho (Renato Follador, hoje engenheiro agrônomo e que comigo fez ala esquerda na Seleção Paranaense de Futebol), Washington, Xixo (Acir Fernandes) Toro, Costinha e outros jogadores que fizeram sucesso na época.



Nininho e Afinho (1947)

Isso aconteceu no ano de 1947 e o Juventus fez um campeonato com vitórias magníficas. Seus jogadores chamaram a atenção das equipes maiores, que os assediaram, adquirindo vários dos seus jogadores, inclusive eu, que fui parar no Clube Atlético Ferroviário.

No Ferroviário disputei muitos campeonatos tendo sido campeão já no ano de 1948, vice-campeão em 1949, campeão novamente em 1950 e ainda campeão do Centenário da Emancipação Política do Paraná em 1953. No ano de 1952 fui artilheiro do campeonato com 20 gols, e ainda vice-artilheiro em dois outros campeonatos. Ali fui ídolo da torcida e artilheiro consagrado no clube, pois marquei 148 (cento e quarenta e oito gols) pela equipe em todos os jogos de que participei no elenco principal.

No ano de 1954 transferi-me para o Clube Atlético Paranaense onde disputei os campeonatos de 1955, 1956 e poucos jogos em 1957, pois fiquei lesionado durante um tempo. Nos jogos pelo Clube Atlético Paranaense marquei 58 gols.

Integrei as seleções do Paraná nos anos de 1950, 1952 e 1954.



Afinho Campeão Seleção Paranaense 1952

Em razão da lesão que sofri no ano de 1957 parei com minhas atividades futebolísticas naquele ano. Durante todo o tempo em que joguei tive propostas para jogar em quase a totalidade dos grandes times brasileiros, bem como de alguns do exterior. Nunca me animei a sair de Curitiba, cidade que adoro e onde pretendo permanecer pelo restante da minha vida.



Como surgiu o magistrado?

Eu me formei no ano de 1953 e era profissional de futebol. Logo após a conquista do campeonato, ou seja, uma semana após, contrai matrimônio com Janete Jinkss, pelo casamento Janete Krüger Pereira, minha esposa virtuosa e querida, com quem já vivo há mais de cinquenta anos e que nos brindou com três filhos e uma filha, Denise Krüger Pereira que, como o pai, seguiu a carreira da magistratura.

Trabalhava na Rede de Viação Paraná - Santa Catarina como escriturário. Com a conclusão do curso de Direito, procurei transferir-me para o Departamento Jurídico, sem que obtivesse sucesso. Então fiz um concurso público para a carreira de advogado do Estado do Paraná, e, após a classificação, fui nomeado e designado no ano de 1955 para exercer minhas funções de advogado junto ao Departamento Jurídico da Secretaria do Trabalho e Assistência Social onde atuei até o ano de 1959. Cheguei à função de Chefe da Assessoria Jurídica daquele órgão que prestava assistência jurídica e judiciária aos desprovidos de recursos financeiros. A assistência, embora abrangesse todas as

áreas, fundamentalmente era buscada para as questões de família que eram de competência das Varas de Família.

Recordo-me de ter ajuizado ações em várias comarcas do Estado, como em São José dos Pinhais na qual era titular o então juiz Marçal Justen, em Campo Largo onde julgava Adolfo Sigwalt, Jacarezinho onde se encontrava Szczepan Maximiliano Stasiak, Ariel Ferreira do Amaral e Silva em Santo Antônio da Platina, Marino Bueno Brandão Braga em Arapongas, Jorge Andrigueto em Apucarana, Aurélio Feijó em Rolândia e em Curitiba militavam Alceste Ribas de Macedo, José Pacheco Junior e outros de saudosa memória.

Na Rua Cândido Lopes, esquina com a Rua Ébano Pereira, comprei um pequeno apartamento onde instalei meu escritório de advocacia.

Eis que novamente surge meu tio e amigo, anjo Gabriel Freceiro, que já era juiz de direito em Cambé, e já havia insistido para que eu fizesse concurso consigo e novamente pressionou-me para fazer a inscrição para ingressar na magistratura. Disse-lhe que como advogado do Estado e com meu escritório eu tinha melhores recursos e não precisaria sair de Curitiba.

Gabriel não desistiu, disse que eu precisava olhar o futuro e encontrou uma aliada invencível em minha esposa Janete, que, à minha revelia, inscreveu-me para o concurso e quase exigiu que eu o fizesse.

Embora não pretendesse, para não contrariá-los, acabei fazendo as provas e obtendo bons resultados. Após o concurso, o presidente do Tribunal de Justiça, o então desembargador Lauro Sodré Lopes me disse que por ter me classificado em primeiro lugar seria indicado para exercer minhas funções na Comarca de Londrina, e segundo ele, era um prêmio, pela classificação.

Adolpho

Presidindo Júri em Jaguapitã

Londrina, na época, tinha quatro varas. Sendo que seus juízes eram expoentes na magistratura paranaense. Aldo Fernandes, Theobaldo Navolar, Ossian França e Hércules Macedo Rocha. Como em minha posse os juízes se encontravam em férias, fui recebido pelo Dr. Aldo Fernandes que respondia por todas as varas e que era um juiz extraordinário. Apesar de seus grandes conhecimentos jurídicos, era de uma humildade ímpar. Sua esposa dona Zuleica Maranhão Fernandes, de educação e gentileza esmerada. Ambos me ajudaram muito no início da carreira.

Não compreendo até hoje como um juiz como Aldo Fernandes tenha sido tão injustiçado, por aqueles que tomaram o poder pela força na revolução de 1964. Aldo Fernandes aposentou-se como juiz quando retornou aos quadros da magistratura. Acredito que a injustiça que sofreu nunca foi reparada. Só o retorno ao cargo não era suficiente. Sua carreira foi obstruída pelos revolucionários e assim deveria ser compensada em sua volta com promoções até o ápice da carreira. Tenho nele um exemplo de dignidade, honradez e ética, que, com a imparcialidade, são componentes da inteireza de um magistrado.

Substituí os juízes titulares nas comarcas de Cambé e Rolândia. Em Joaquim Távora, Jaguariaíva, Santa Isabel do Ivaí, Jaguapitã, São José dos Pinhais exerci as atividades judicantes, como titular. Também fui designado para atender outras comarcas como Antonina, São José dos Pinhais (quando era titular em Jaguariaíva), Paranaguá e Campo Largo. Fui promovido para Curitiba no ano de 1973 havendo substituído em diversas varas e finalmente designado para a Vara do Júri, onde fui titular até ser nomeado Juiz de Alçada em



1979. Finalmente, seis anos após, ou seja, no ano de 1985 fui nomeado desembargador, cargo no qual me aposentei no ano de 1996. Fui Corregedor-Geral, Vice-Presidente e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

No Tribunal de Justiça integrei o Conselho Superior da Magistratura, Órgão Especial, 2ª. Câmara Cível e 1ª. Câmara Criminal e participei de várias Comissões.

Concorri a duas eleições para o cargo de Corregedor-Geral da Justiça no Tribunal de Justiça do Estado, sendo derrotado em ambas. Por um voto na primeira e dois votos na segunda eleição. Por razões íntimas não pedi voto para ninguém. Acredito que os vencedores, Henrique Chesnau Lenz César e Sydney Dietrich Zappa foram muito bem escolhidos porque assim ficou demonstrado em suas administrações.

Não vou julgar nem seria possível, a minha atuação como magistrado. Deixo para os magistrados, promotores, advogados e todos aqueles que de alguma forma comigo trabalharam, que façam seus julgamentos. Por mim só posso afirmar que durante todo o tempo em que exerci essa atividade nunca traí minha consciência, decidindo sempre em favor da parte que entendi ter ao seu lado o Direito.

Fui convidado diversas vezes para ser professor em faculdades de Curitiba e nunca aceitei porque sempre entendi que para ser juiz eu precisava de tempo para decidir e como professor também precisaria de tempo para preparar as aulas, e me parecia impossível conciliar tais atividades.

Cumpri minhas funções com zelo e probidade procurando nunca postergar pelo atraso decisões que eram sempre esperadas por quem necessitava da resposta. Aposentei-me sem deixar processos atrasados assim como o fiz em todas as comarcas pelas quais passei.

Como atleta obtive fama e prestígio, ca-

rinho da parte de todos os que admiravam o esporte que pratiquei. É gratificante receber carinho e agradecimentos de quem você não conhece, mas sabe serem sinceras as manifestações. Também, como magistrado, recebi manifestações de diversas áreas da sociedade sempre enaltecendo meu caráter e meu trabalho.

Tudo isso foi para mim muito gratificante!

Tanto para ser atleta como para ser magistrado é preciso ter boa índole que é parte indispensável para todo o homem. Quem tem boa índole tem também outras qualidades.

O atleta necessita de preparo físico, vigor, destemor e da ética referente à conduta humana, tanto no ponto de vista do bem e do mal, quanto no meio social.

O magistrado tem que reunir em sua pessoa os predicados da inteligência, honestidade, amor ao trabalho bom senso, domínio pessoal, circunspeção, coragem e principalmente imparcialidade.

O atleta e o magistrado devem ser homens de bem nas suas respectivas atividades, como é próprio de todos os homens dignos e honrados.

O mineiro Orozimbo Nonato, juiz da mais alta corte do país, disse que o que se exigia para ser magistrado era 'um cúmulo de virtudes, de modéstia, compostura, disciplina, cultura, operosidade, ânimo sofredor e paciência', o que igualmente se aplica ao atleta.

Na conjugação das atividades de atleta e de magistrado fortaleci os valores mais íntimos que tenho guardado em minha consciência, como os maiores ensinamentos que recebi de meus pais, em minha formação.

Sem arrogância e sem orgulho, mas armados de resistência moral inquebrantável, tanto o atleta quanto o magistrado atenderão aos impulsos da consciência em todas as circunstâncias que se lhe apresentarem.

Por Munir Karam

O noticiário forense não mais estampa histórias fantásticas de ciúmes doentios e delitos passionais. Não há mais aquela paixão arrebatada que leva à loucura e a gestos tresloucados? O amor não pulsa com o mesmo ardor de antigamente? Será que as novas gerações teriam evoluído e sepultado sentimentos menos nobres, alimentados pelo instinto bárbaro da vingança? Estamos em verdade a viver em uma época de relações pouco duradouras, onde não há mais aquelas juras de amor eterno, emolduradas pela imagem de um só coração.

Então só nos resta recolher na história e na literatura aqueles dramas famosos, que

OTELO, general mouro, a serviço de Veneza, envolvido pelas intrigas do alferes IAGO, mata sua esposa, a bela e delicada DESDÊMOMA, impelido pela suspeição de sua fidelidade conjugal.

O que levou DESDÊMOMA, filha única de um rico senador veneziano, a amar o mouro dos lábios grossos, fuliginosos, soldado cujos únicos encantos são as cicatrizes de desastrosas refregas?

Certamente o valor, a virtude, os longos sofrimentos de OTELO cegaram-na, não viu as diferenças desagradáveis que o separavam dela e, levada por uma fina sensibilidade moral, por um elevado sentimento de compaixão e simpatia, ofereceu-se amorosamente ao velho soldado.

O amor de OTELO e DESDÊMOMA é um dos grandes tipos fundamentais de amor.

Não obstante, o amor que atrai os contrários na mais íntima das uniões, é o mesmo que apresenta uma herança comum: forte simpatia moral e singeleza extrema.

Entretanto, para salvar nossas simpatias por OTELO, para não confundi-lo com um *ciumento sexual*, com um prepotente estúpido, SHAKESPEARE desenvolveu um esforço heróico – ele criou IAGO.

Quem é IAGO? Traidor profundo, psicólogo inteligente, celerado de gênio ou um vulgar imbecil, destes que diariamente nos assaltam, cercam e perturbam? Até onde o seu fermento nos azedaria a alma? Em OTELO as oportunidades todas estavam contra o dramático final; o que seria dele se em doze passagens da história uma falta ou um acidente trouxesse aos ouvidos do moro sua pérfida conjuração?

Quem é OTELO? Onde o encontraria SHAKESPEARE para a humanização prodigiosa do tipo que empolga inclusive a criminologia moderna? Que forças o teriam levado ao

Otelo e Desdêmoma

*Memórias adormecidas
do ciúme e da paixão*


haveriam de se transformar em tragédias, conduzidas pelo amor ardente, transformado em cega paixão, que leva inclusive à delinqüência.

O que é a paixão que conduz ao crime? Ato de amor ou de covardia, de egoísmo ou de maldade, de honra ou de bestialidade?

Embora o tema seja invariável, cada época tem os seus próprios valores para julgar a paixão humana e como ela se reflete na realidade contemporânea.

Se hoje colocássemos OTELO, este grande personagem de SHAKESPEARE, homicida passional, no banco dos réus, qual seria o nosso veredicto?

Munir Karam

Nasceu em 1937 em Curitiba. Bacharel pela UFPR em 1962. Pós-graduado pela Universidade La Sapienza de Roma. Ingressou na magistratura em 1970, julgando nas comarcas de Goioerê, Cascavel, Maringá e Curitiba. Ingressou no Tribunal de Alçada em 1994, tendo sua promoção a desembargador ocorrido em 2002. Aposentou-se em 2007, deixando a marca de um magistrado íntegro e culto, cujas decisões são constantemente invocadas em juízos e tribunais. No magistério lecionou Introdução ao Estudo do Direito na Universidade de Maringá e Prática Forense na UFPR e é membro da Academia Paranaense Letras Jurídicas. Acadêmico de Direito, presidiu o CAHS - 1960/61 - e promoveu episódio único nos meios literários e jurídicos: O Julgamento de Oteló, com Paulo Autran no papel principal. O espetáculo teve lugar no Teatro Guaíra inacabado, dele participando renomados tribunos, na defesa e na acusação. Atualmente é superintendente do ParanaPrevidência, órgão gestor de benefícios e aposentadorias do funcionalismo público. É pai da juíza de direito Fabiana Silveira Karam. 



crime ? Ciúme, honra, paixão ou um complexo de fenômenos psíquicos e morais ? E então surge o Direito para analisar a temática shakespeariana e perquirir as causas da tragédia para encontrar, na sutileza das ações, o caminho da verdade.

E o furor passional de OTELO, fruto de uma suspeita infundada, haveria de vitimar a bela, ingênua, fiel, amante e inocente DESDÊMOMA, casta e iluminada como as estrelas do céu. DESDÊMOMA é a suprema tragédia do amor humano e falível, nas suas vias de realização. Ela é uma expansão da caridade ardente, um amoroso ardor de sacrifício, o elemento pri-

mário do holocausto.

OTELO prova que a tragédia pode associar-se à vida particular comportando pinturas familiares e domésticas e não se confina aos salões dos reis ou à companhia dos heróis, o que é exceção quase única no domínio da arte.

Os incidentes que preparam as peripécias do drama são cotidianos, as paixões são familiares e os caracteres simples. Não que houvesse nas demais obras de SHAKESPEARE uma discriminação social. Dando à realidade um vasto lugar, sua admirável capacidade criadora nos tem dado um largo cortejo de pessoas fictícias que são tão reais como nossos vizinhos; mas, em OTELO, os tipos lembram as vicissitudes sociais contemporâneas, sem os resíduos bofrentos de uma aristocracia superada, e não se introduzem no drama por partes, como elemento e para servir de contraste, senão o dominam por inteiro, desde as cenas mais comuns às paixões mais excitantes.

Levado pela intriga de IAGO, ele cometeu um delito passional. Atingiu o auge da emoção humana, que obnubila a própria razão. Mas, no contra-ponto da tragédia, OTELO acaba compondo aquele *quadro* heróico para superar o direito e fazer da auto-flagelação a justiça de mão própria. OTELO, ao mesmo tempo acusado e acusador, sentenciou-se e executou a pena que julgava merecer. E com a sua expiação, culminou por cometer aquela culpa inexplicável e esmagadora, que é a de roubar aos deuses uma parcela qualquer de seus privilégios.

OTELO não é apenas obra literária, mas peça de antologia jurídica. Como todas as grandes figuras da literatura universal, continua a despertar julgamentos contraditórios. Como bem resumiu o grande crítico literário paranaense, WILSON MARTINS, cada geração nele busca, e tende encontrar, o seu próprio retrato; no coração tumultuoso dessa velha figura das lendas italianas é o nosso próprio coração que bate.

OTELO continuará a repetir o seu drama por toda a eternidade, provocando intensas reflexões sobre a alma humana e propondo o desafio de compreender a vida e preservar o verdadeiro amor do enredo de um destino cruel.

Centenário

James Pinto de Azevedo Portugal

Por Clotário Portugal Neto

No Riachuelo, município de Campina Grande do Sul (PR) nasceu em 14 de fevereiro de 1908, James Pinto de Azevedo Portugal, filho de José Ribeiro de Macedo Júnior e de Clotelvina Portugal Macedo.

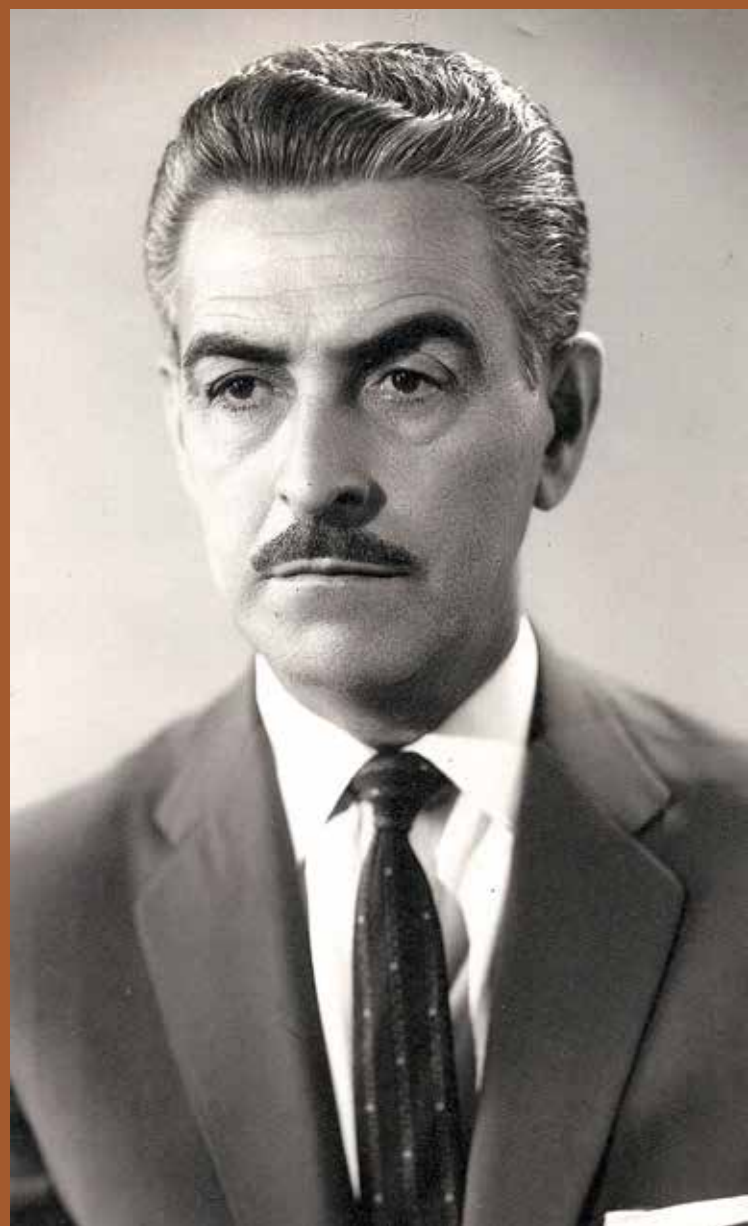
Iniciou seus estudos primários no Grupo Escolar 19 de Dezembro, em Curitiba e, ao concluí-lo, matriculou-se no Ginásio Paranaense, findando o curso médio no Colégio dos Maristas (Internato Paranaense).

Ingressou na vida pública em 1925, como colaborador da Estatística, órgão ligado à antiga Secretaria Geral do Estado, para em seguida prestar serviços à Diretoria Geral do Ensino, como acadêmico de direito, bacharelando-se em 1933, pela Universidade Federal do Paraná.

Foi nomeado Promotor Público da Comarca de Campo Largo, neste Estado, em 1934, onde permaneceu até 1939, ano que ingressou na magistratura paranaense, após aprovação em concurso público.

Como juiz de direito atuou nas comarcas de Palmas, Palmeira e Curitiba. Em 1958 integrou, como juiz, a Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Estado em 06 de março de 1964.

Merece destaque a afirmativa que fez em seu discurso de posse, no Tribunal de Justiça,



de que usaria a toga de desembargador por apenas um ano, cuja afirmativa honrou, porque se preocupava muito com a morosidade da carreira, e assim fazendo, como o fez, entendia que oportunizava outros colegas a agilizarem suas promoções, até chegar à superior instância da Justiça estadual. Tal afirmativa permanece viva na lembrança de seus colegas mais jovens, até os dias de hoje.

Outro registro que se destaca, dentre muitos, era o tratamento de “patriarca” que recebia carinhosamente de seus colegas e amigos.

Por que “patriarca”? Porque não admitia que seus filhos, ao se casarem, transferissem residência da sua, sem que tivessem concluído um curso superior e fossem para a sua própria casa, mantendo assim por muitos anos, todos os filhos, mesmo depois de casados, sob seu teto e expensas. Inegavelmente, demonstrava uma parcela muito grande de paciência e amor a todos os filhos, genros, noras, netos e bisnetos, em feliz convivência com sua doce esposa Alice, símbolo de bondade e de meiguice, qualidades estas ressaltadas por todos que a conheceram.

Tratava-se de um homem extremamente humano e possuidor de temperamento extrovertido, alegre, gostava de tocar piano e cantar (tinha o curso completo de piano), fazendo de sua casa o ponto de encontro dos amigos de seus filhos onde quase todas

as noites havia reuniões com violões e cantorias, não faltando nunca o piano no qual, com muito sentimento, executava músicas clássicas e populares.

Era uma pessoa humilde, despida de orgulho e vaidade como revelava seu gesto de respeito ao próximo, ao tratar com igual cordialidade, serventes, seguranças, motoristas, funcionários do Tribunal de Justiça, como a qualquer outra pessoa, sem diferenciar o trato dispensado a seus colegas desembargadores como a todos os militantes na área da Justiça e do Direito, e autoridades.

Em vida, repetia com frequência que era um homem feliz, por haver chegado ao ápice da carreira, honrando e cumprindo o juramento prestado ao assumir a magistratura de seu Estado e, principalmente como pai, por ver seus filhos encaminhados e estabilizados, todos com curso superior concluído e com moradia própria.

Faleceu em 19 de novembro de 1979.

Era casado com Alice de Macedo Portugal, com quem teve seis filhos: Maria da Luz Portugal Werneck, Marly de Macedo Portugal, Maria Clotelvina Portugal Macedo, Clotário de Macedo Portugal Neto, José Macedo Neto e James Pinto de Azevedo Portugal Filho.

Foi um pai compreensivo, confidente, carinhoso e amigo, extremamente bom e admirável, como sempre será lembrado, por todos aqueles que o conheceram.

Sinval Reis

A história do magistrado

Por Clayton Reis

Sempre que escrevo sobre meu pai tenho muito a contar a seu respeito. A história da vida de uma pessoa é o retrato da sua personalidade. Após 35 anos de seu falecimento, Sinval Reis permanece vivo na memória da família e na da magistratura paranaense, pela sua coragem, determinação, magnanimidade e, sobretudo, pela profunda compreensão e sensibilidade com o ser humano, em sua fugaz e rápida trajetória nos meandros da vida.

Sinval Reis nasceu na cidade de Carlos Alves, município de São João do Nepomuceno (MG), no dia 13 de abril de 1909, filho de família humilde, com 11 irmãos. Faleceu em 17 de setembro de 1963, na cidade de Paranavaí, onde foi sepultado. Naquele dia a cidade parou para prestar a última homenagem a um homem de valor. Seu túmulo, no Cemitério Municipal, até hoje recebe flores daqueles que o reconhecem como um dos benfeitores da cidade.

Ingressou no exército em 1928, no 10º Regimento de Infantaria, 2ª Companhia da 4ª Região Militar, permanecendo por 27 anos e 4 meses no Quadro de Instrutores até receber promoção para primeiro-sargento. Como instrutor de Tiro de Guerra atuou em diversas cidades mineiras, Ouro Fino, Ubá, Pará de Minas, Uberlândia, Dolores do Indaiá, Oliveiras, Aimorés, São João d'El-Rei e Tarumirim. No Rio de Janeiro, freqüentou a Escola de Sargentos de Juiz de Fora e do Realengo. No Paraná, serviu no Tiro de Guerra nas cidades de Jaguariaíva e

Ribeirão Claro, nesta última, conheceu aquela que seria a sua esposa por toda a vida, Iracema Nalin Reis, minha mãe. Incorporado ao Exército, participou ativamente das revoluções de 1930 e 1932. Sua caderneta militar é repleta de registros, conferindo-lhe distinções, observando seu trato lhano, espírito patriótico, para conceder-lhe medalhas de Bronze e Prata, por 20 anos de serviço, sem nenhuma nota desabonadora.

Com imensas dificuldades concluiu seu bacharelado na Faculdade de Direito de Niterói, em 1949. E, em 1950, aprovado no concurso para a magistratura paranaense, assumiu o cargo de juiz substituto na comarca de Apucarana, sede da 10ª seção Judiciária, atendendo as comarcas de Arapongas, Mandaguari e Campo Mourão, permanecendo nessa situação até 1953 quando foi nomeado juiz de direito de Rebouças, comarca de 1ª entrância. Em 1953, transferido para Pitanga, ali julgou até fevereiro de 1954. No mesmo ano, promovido para Paranavaí teve a incumbência de instalar a comarca e ser seu primeiro juiz. Em 1961, chegou à Capital, promovido para a entrância especial, onde atuou como juiz de direito substituto, aposentando-se no mesmo ano, mas continuou residindo em Paranavaí.

Homem sério, de têmpera rígida e autoritária, decorrente da disciplina militar, era, no entanto, uma pessoa afável e extremamente sensibilizada com o sofrimento humano. Suas proezas na vida militar bem atestam sua coragem, firmeza de decisões e acentuado espírito de disciplina, ética e Justiça.



No período em que foi juiz substituto em Campo Mourão, ocorreu um fato denotador de tais predicados. O destacamento da Polícia Militar se revoltou, reclamando dos baixos soldos. Durante a noite, os policiais militares aterrorizaram a população local, dando tiros de fuzil e de outras armas de fogo. O Dr. Sinval Reis, hóspede do hotel, tomou uma atitude inédita: nomeou os representantes comerciais que se achavam hospedados no mesmo hotel, Oficiais de Justiça *ad hoc*, dizendo-lhes: “*Sairei ao encontro dos revoltosos e, caso não retorne com vida, vocês serão os representantes da Justiça e, como tal, poderão praticar atos para a salvaguarda da população*”.

Na rua, apoderou-se da arma de um dos militares, deu-lhe “voz de prisão” e conduziu o grupo todo, sob a mira do revólver, à cadeia pública. Ao amanhecer, determinou que os detidos fossem recolhidos ao Quartel General da

Polícia Militar. Por esta heróica e destemida intervenção, recebeu expressivas manifestações de apreço e reconhecimento da população, especialmente de parte do prefeito municipal de então, o Dr. Milton Luiz Pereira, mais tarde Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Na comarca de Paranaíba, a primeira do Noroeste do Paraná, durante a segunda eleição municipal, presidida por um magistrado, enfrentou de forma serena as várias ameaças de morte em razão da sua firme e decidida intervenção no processo eleitoral. Nessa região e época eram freqüentes os chamados *currais eleitorais* e votos de cabresto, quando havia contínuas e freqüentes intervenções dos políticos, tentando intimidar os eleitores.

No ano de 1958 iniciou-se no Noroeste do Paraná, a partir de Paranaíba, um movimento de protesto dos cafeicultores, em defesa da majoração dos preços do café. Tratava-se da chamada “*Marcha da Produção*”. Governava o País Juscelino Kubitschek, havia instabilidade política e o Governo Federal temia o desdobramento do movimento, que recebia apoio da população e dos produtores, todos indignados com os aviltantes preços do café. O Ministro da Guerra ordenou que se impedisse o prosseguimento de tal marcha, que pretendia chegar a Maringá, pela Rodovia do Café – Br 376. Em Paranaíba um destacamento fortemente armado obistou os manifestantes. Esses manifestantes impetraram então, um pedido de habeas-corpus. O juiz, olvidando a presença das tropas do Exército concedeu a liminar, determinando o estrito cumprimento da Lei, fornecendo salvo-condutos a cada um dos lavradores participantes. Os cafeicultores manifestaram profundo reconhecimento ao magistrado por tal decisão, qualificada, por muitos, como histórica. Mesmo assim, o Tenente-Coronel Gerson Sá



Tavares, comandante do destacamento militar, procurou o juiz para comunicar-lhe que não cumpriria a ordem judicial, porque obedecia, isto sim, às ordens do Ministro da Guerra. Diante de tal impasse o Dr. Sinval Reis respondeu-lhe que determinaria ao destacamento da Polícia Militar que cumprisse a ordem judicial, mesmo que desse fato resultasse um confronto de forças. O oficial retrucou, afirmando que a Polícia Militar se encontrava naquela oportunidade, sob o comando do Exército e, portanto, cumpriria suas ordens. Ao que o magistrado, imperturbável, disse-lhe: *“Sendo assim, irei à frente dos cafeicultores para que seja cumprida a ordem judicial. O Senhor terá que me matar em primeiro lugar”*. E assim, a ordem judicial foi cumprida, a Justiça respei-

tada e a “Marcha da Produção” chegou até Maringá, onde foi obstada por outro destacamento do

Exército.

O jornal A Tribuna, de Santos (SP), do dia 21 de outubro de 1958, noticiou:

“Juiz de Paranavaí concedeu habeas-corpus para a Marcha da Produção” e publicou o salvo-conduto, expedido para aproximadamente vinte cafeicultores.

É o seguinte o texto do salvo-conduto expedido a cerca de 20 cafeicultores de Paranavaí que, munidos destes documentos, conseguiram atravessar a barreira militar e chegar a Maringá:

“Pelo presente salvo-conduto por mim assinado, faço frente ao senhor Tenente-Co-

ronel Gerson Sá Tavares, ou a qualquer outra autoridade militar do Exército e da Polícia, e ao senhor delegado regional deste Município e a todo e qualquer agente da força policial a quem for apresentado, por requerimento de Luis Proença, a favor dos passantes Silvio Vidal e outros lavradores residentes nesta Comarca de Paranaíba, que hoje foi por mim concedida uma ordem de habeas-corpus em vista da qual nenhuma violência ou coação ilegal poderão, sob forma de prisão, sofrer na sua liberdade de locomoção, sob as penas da lei.

Paranaíba, 17 de outubro de 1958. Sinval Reis – Juiz de Direito”

Esse episódio foi objeto de manifestação do Senador Lino de Mattos, no Senado Federal, divulgado pelo jornal A Tribuna, de Santos/SP, no dia 21.10.1958: Candentes observações do senador Lino de Mattos sobre a intervenção do Exército nos centros produtores de café.

“ – Na Câmara Federal, o Sr. Castilho Cabral, afirmou que ferido saiu apenas o princípio de legalidade. E, ao final, o Senador Lino de Mattos requereu à mesa do Senado a consignação do fato nos anais do Congresso Nacional e sua manifestação, concluindo com a seguinte declaração: “Ainda há Juízes no Brasil, aludindo ao fato ocorrido com o Rei Frederico II da Prússia que, em 1745, determinara a demolição de um moinho, que atrapalhava a visão do seu palácio, ordem esta recusada pelo moleiro. O Rei, diante de tal recusa, disse ao moleiro: ‘Eu sou o rei e poderia com minha autoridade confiscar sua fazenda sem indenização’. Com muita tranquilidade o moleiro respondeu: ‘Vossa Alteza é que não entendeu: ainda há juízes em Berlim!’ Recorreu à Justiça e ganhou.”

Nessa oportunidade, os advogados da comarca de Paranaíba, publicaram um manifesto público em apoio ao magistrado:

“Vimos manifestar a Vossa Excelência, irretrita solidariedade, pela maneira correta com que Vossa Excelência se vale das prerrogativas e da dignidade inerentes ao cargo que Vossa Excelência exerce. Manter-se em reunião permanente para, sendo o caso, tomar posição ativa em defesa da integridade funcional dos magistrados, como é e sabe ser Vossa Excelência. Autoriza Vossa Excelência ampla liberdade para usar o presente documento, como aprouver a Vossa Excelência. Lex Cavet Civibus, Magistratus Legibus. Paranaíba, 20 de outubro de 1958”.

Outro episódio que marca seu senso de oportunidade ocorreu durante um julgamento, em audiência trabalhista, promovida por trabalhador rural, que reclamava o pagamento de salários ao fazendeiro. Fato raro naquela época, os fazendeiros não admitiam que seus empregados propusessem reclamações trabalhistas, circunstância que gerava clima de insegurança física para os reclamantes. Nesse caso, concluída a instrução, o juiz prolatou sua decisão, condenando o fazendeiro a pagar a quantia reclamada. No momento em que assinava o termo final da audiência, o fazendeiro de forma agressiva e prepotente, retirou do bolso a quantia em espécie em que fora condenado e jogou um maço de notas na direção do magistrado, dizendo:

-“Toma essa esmola!”.

Silêncio se fez na sala e prosseguiram os trabalhos. Colhidas as assinaturas das partes presentes e, em face da ausência de recurso, o juiz, de forma serena e firme, dirigindo-se ao reclamado, disse-lhe:

-“O Senhor, agora, cumpra a minha decisão pagando o que deve”.

O reclamado respondeu:

-“O dinheiro se encontra à sua frente!”

E o magistrado:

-“Este dinheiro, segundo sua própria afirmativa e ouvida pelos presentes é uma esmola e, portanto, uma doação. Dessa forma, a referida importância não é pagamento da verba reclamada e objeto da condenação. Logo, deve o reclamado cumprir a sentença deste Juízo, pagando o que deve, sob as penas da lei”.

O fazendeiro, com humildade, efetuou o pagamento correspondente ao valor da condenação.

O perfil desse magistrado que honrou e dignificou o Poder Judiciário paranaense, é também atestado pelas suas obras, especialmente em Paranaíba, cidade esta que tão bem o acolheu e a sua família, onde a sua dedicação e espírito público redundaram em melhorias para a população. Quando ali chegou, a cidade não possuía ensino do segundo grau. Para suprir essa deficiência educacional, exerceu decisiva influência perante as autoridades municipais e estaduais para a instalação do Colégio Estadual de Paranaíba. Posteriormente, batalhou arduamente para a criação da Fundação Municipal Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, tendo sido o autor dos seus estatutos, bem como reuniu toda a documentação necessária para ser submetida à apreciação do Conselho Estadual de Educação, que mereceu posterior aprovação e

efetivo funcionamento como instituição de ensino superior.

Sinval Reis, em razão da sua maturidade espiritual, sempre manifestou especial atenção à Educação, acreditando que a pior miséria é a ignorância. No mesmo sentido, chamou-lhe especial atenção a fragilidade da criança e do idoso, conferindo proteção à infância e à velhice, muitas vezes marcadas pela dor e sofrimento e quase sempre segregadas da sociedade. De certa forma anteviu o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso. Assim fundou o Asilo de Velhos Lins de Vasconcelos e duas instituições para menores – Lar e Aldeia Escola - o Ginásio Humberto de Campos e o Conservatório de Música João Ghignone.

Preocupado com os problemas do menor

abandonado, as precárias condições hospitalares da cidade e o sofrimento da população indigente, iniciou um movimento, com apoio dos clubes de serviço, em especial o Rotary Clube, para a criação da Santa Casa de Misericórdia e da Casa da Criança. Conseguiu do Governo Moisés Lupion a doação de vastas áreas de terras devolutas, contíguas à cidade, para essas instituições, onde hoje se encontram o Lar Escola das Meninas e a Aldeia Escola dos Meninos, entidades filantrópicas que prestam relevantes serviços à comunidade local e às cidades circunvizinhas. Ao





fundar a Casa da Criança de Paranaíba inseriu na folha timbrada da instituição, os dizeres: **“A Nação caminha pelos pés da criança, protegê-la e educá-la é um dever de todo cidadão”**.

Todo esse trabalho meritório valeu-lhe o título de Cidadão Benemérito, conferido post-mortem, pela Câmara Municipal de Paranaíba. A comunidade local denominou a única praça da cidade com seu nome e sua imagem foi perpetuada em bronze, como justa e reconhecida homenagem. O Tribunal de Justiça do Paraná deu ao fórum da comarca o seu nome, num ato de reconhecimento ao primeiro juiz da Comarca, bem como em virtude da expressiva participação nos atos de defesa da cidadania, dignificando a toga paranaense.

Em 1961, por ocasião da sua aposentadoria, o Dr. Sinval Reis ao ser homenageado pelos advogados e serventuários da Justiça da Comarca proferiu as seguintes palavras:

“Afastado sem mágoas e sem tristezas, de uma função pública que procurei servir, jamais

desejando servir a mim mesmo, mas procurando servir a coletividade, é uma alegria imensa sentir nesta festa de hoje (21.10.1961) a amizade de uma plêiade do que existe de melhor nesta cidade. Esta homenagem me comove muito. Mas lembro de minha vida de magistrado, esquecido de mágoas, de pesares, de ódios, de uma grande alegria, a alegria de ter proporcionado um pouco de mim, um pouco a todos, esquecendo às vezes da minha própria família; mas se voltasse dez ou vinte anos atrás e me fosse perguntado, apesar dos escolhos e dos espinhos, que o caminho do magistrado sempre é semeado, sim, eu voltaria de coração a ser magistrado. Nenhuma carreira é tão bela quanto a da magistratura, magistrado é aquele que tudo pode fazer para os outros ou para uma cidade inteira, sem nada poder fazer para si mesmo, é obrigado a dedicar sua vida aos outros, porque quando é atacado, não pode se defender, não existe uma lei, uma defesa para o magistrado, ele pode tudo para os outros, mas nada para si mesmo. Voltaria, então, a dedicar a minha vida a ser magistrado”.



A condição da mulher

Por Chloris Casagrande Justen

Madona, feiticeira, cientista, astronauta, a mulher foi sempre alicerce da pretensa superioridade masculina outorgada por divindades. As atuais 'questões de gênero' são apenas títulos novos para o contexto secular do domínio do homem, desde a sua primazia de caçador, pater familias, depositário do poder divino, político e do conhecimento.

As funções reprodutivas de homens e mulheres foram por milênios apresentadas como determinantes da inteligência masculina e da falta de cérebro da mulher, a quem cabia apenas a função menor de assegurar a preservação da espécie, sob o desenho dos interesses vigentes a cada época. Por esse motivo, não há como pensar em uma história da evolução dos direitos da mulher, sem análise do seu entorno, onde lutas, guerras e conquistas sociais colocam a mulher nas mesmas condições estimuladoras da superioridade do homem. Estudos mais profundos detectam no

sucesso de movimentos femininos, o interesse político-social da sua inserção na proposta de igualdade do gênero, abrindo novas situações de diferenças e não de acomodação, o que visa colocar homens e mulheres na unidade 'ser humano' onde as diferenças e as especificidades são partes de um todo.

Na conquista de novos patamares, a mulher venceu preconceitos, destacou-se nas mais altas e significativas funções, encontrou sucesso no mercado de trabalho, comprovou competência nos papéis masculinos. Pelas suas crescentes habilidades aprimoradas em séculos de subserviência e de atividades primárias, pelas dificuldades e desafios, sua inteligência desenvolveu, em um cérebro considerado não existente, habilidades e esquemas mentais múltiplos. Grandes avanços. O estudo e a tenacidade, o equilíbrio que vem da maturidade conquistada, das decisões perseguidas levou-as às universidades, aos laboratórios, aos altos cargos do governo e, no Poder Judiciário à presidência das mais altas cortes, realidades todas consideradas pontuais.

No entanto, continua lutando, mesmo nos países mais civilizados, por equiparação de salários, ajustes na jornada de trabalho, domínio

na pós-modernidade

feminino sobre a fecundidade, maior participação política e social.

A mundialização das sociedades modernas confirma a relação existente nos avanços dos direitos da mulher e do progresso das sociedades assim como, a democracia e as liberdades de comunicação revelam e incentivam o surgimento de novas lutas de gênero.

A pós-modernidade, apresentado-se como o testemunho histórico do fracasso da modernidade, indica a emergência de uma nova escala de valores que visa recuperar aqueles considerados ultrapassados, despertando a consciência coletiva para a relevância da reflexão bioética. Essa busca de um sentido humano plausível no cenário da tecnociência consolida a articulação entre diversos saberes e os novos que surgem a cada momento no âmbito da tecnociência e do viver humano. Um pensador que assim nos orienta é Edgar Morin.

Ante a premissa de reorganização ética, entraremos por certo em nova era, onde o 'ser humano' e as sociedades hão de incorporar elementos diferentes, juntando-os aos demais contextos, incluí-los em um contexto maior, conforme reflete Newton Aquiles von Zuben.

Em sociedades assim encaminhadas aflora a esperança de grandes mudanças em benefício dos seres humanos de qualquer sexo, etnia, crença, definições sociais e políticas.

Os projetos a favor de mulheres e homens, então, movimentos pela humanidade, onde o Direito e a Justiça, a solidariedade estarão na base de um processo de mudança de mentalidade e conseqüentes mobilizações em busca de um mundo melhor.



Chloris Casagrande Justen

Nasceu em Curitiba, professora, escritora, poeta. Presidente do Centro Paranaense Feminino de Cultura, titular da cadeira da cadeira Nº. 24 da Academia Paranaense de Letras, Nº. 26 da Academia Feminina de Letras do Paraná e integrante de importantes entidades culturais paranaenses. Conferencista de assuntos educacionais e pedagógicos, proferiu palestras em municípios paranaenses, convidada por estabelecimentos educacionais e setores ligados à criança e ao adolescente. Viúva do Des. Marçal Justen. Autora do livro de poesias 'Jogo de Luz' e da obra didática 'O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Instituição Escolar'.



Jogo de luz

*Quando o arco-íris
se apaga,
A densa bruma
me envolve.*

*No jogo de luz
e sombra
Escondo mágoas
e dores.*

Por Cármen Lúcia Almeida

O PACTO-Programa de Ação Comunitária nasceu no dia 12 de outubro de 1997- Dia da Criança- durante a realização em Curitiba de uma audiência pública de Prestação de Contas promovida pela Associação de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Família do Paraná.

O ato público tinha três objetivos: dar ciência à sociedade em geral do trabalho por nós realizado; responder aos questionamentos da sociedade e festejar os sete anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Mas apesar da convocação ter sido a mais abrangente possível, poucos convidados compareceram.

Essa ausência nos levou a questionar acerca das razões pelas quais a sociedade respondia de modo tão tímido quando convocada.

Foi graças à manifestação de uma jovem acadêmica de direito que pudemos perceber que existia uma lacuna entre a justiça da infância e da juventude e a sociedade civil.

Dizia a jovem que não fora aceita para exercer trabalho voluntário junto aos adolescentes infratores por falta de uma entidade que atuasse como elo entre ela e a instituição.

Esse testemunho evidenciou que havia um espírito de solidariedade social não canalizado por falta de um elo mediador entre o cidadão e o Judiciário.

Como agir?

Por sugestão do colega Sigurd Roberto Bengtson, naquela época atuando como juiz auxiliar da Corregedoria de Justiça, nos comprometemos a pensar na criação de um projeto que, coordenado pelo Poder Judiciário, atuasse como agente mobilizador do trabalho voluntário em favor das nossas crianças e jovens em situação de risco, vítimas de um sistema desigual e injusto.

Assim, com o apoio incondicional da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargadores Lenz Cezar e Nasser de Mello e do desembargador Corregedor Oto Sponholz, já no dia 10 de Dezembro de 1997 foi assinado o Decreto Judiciário Nº 640, criando oficialmente não um projeto, mas um programa permanente de ação comunitária: o PACTO.

Em 4 de julho do ano seguinte (1998) o PACTO foi instalado oficialmente já com a participação efetiva de diversos voluntários cadastrados, um espaço de administração mobiliado com toda a estrutura pronta,

PACTO

Em faço!



Cármen Lúcia Almeida

Desde 2004 dirige projetos com crianças e adolescentes em situação de risco, integrando-os no contexto social através da música e da dança.

funcionando junto às varas da infância e da juventude.

A Assessoria de Apoio aos Juizados da Infância e da Juventude elaborou o projeto.

Da designer Lygia Zamuner ganhamos a nossa logomarca. Da nossa Associação de Magistrados vieram as camisetas de trabalho.

Em poucos meses o número de voluntários cadastrados chegou a 500. Com muitos deles temos até hoje uma dívida. Não conseguimos direcionar todos para um trabalho efetivo, pois nossa estrutura era ainda iniciante.

Foi então que uma voluntária se ofereceu para trabalhar na própria sede do PACTO, antevendo que o programa iria tomar proporções acima de nossa expectativa.

E foi assim que Luciana de Lima, minha amiga

e vizinha, assumiu nossa causa e até hoje lá está, acumulando agora parte da administração também da nossa querida Associação de Magistrados e Juizes das Infância Juventude e Família.

Durante dois anos tivemos a parceria da Associação Comercial do Paraná, um apoio financeiro importante que nos permitiu devolver crianças vivendo em abrigos aos seus lares de origem.

Investimos sem medo nos núcleos familiares que nossa equipe multidisciplinar sabia carecer apenas de recursos materiais.

Vimos o sorriso nos olhos (não nos lábios) das crianças que riam quando o Palhaço Goiabada chegava às casas lares.

Acompanhamos com emoção quando João Victor, filho da voluntária, decidiu festejar seus anos com as crianças de um abrigo, refletindo a luz que já via no trabalho voluntário da mãe.

Vimos Marlene Assunção, que já conhecera a destituição do pátrio poder resgatar os demais filhos, se reerguer e reviver. Soube que a semana passada ela esteve no Pacto, com os filhos agora adultos.

Testemunhamos a guerreira Márcia vítima da prostituição e da AIDS se reaproximar da mãe, contar com ela para cuidar da filhinha Angel Bruna, até que seu sofrimento físico terminou.

Com apoio material foi possível ainda devolver a uma jovem mãe cega de nascença, as duas filhas que estavam abrigadas. Tudo que elas precisavam era reorganizar a casa para tornar possível o convívio com as crianças, que eram ainda pequenas. Para isso precisavam de recursos. Estes recursos vieram da parceria com a Associação Comercial do Paraná.

E quando parecia que todas as emoções já eram conhecidas, eis que numa tarde na sede do Pacto, festejando o Natal da famílias e dos voluntários, vendo as crianças e seus pais animados cantando a Oração da Família ao som do violão do voluntário Thiago Lins (meu filho!) nasceu a idéia de formar um coral com as crianças.

Assim nasceu o Coral Sol Maior, por onde passaram mais de 300 crianças e adolescentes.

Com a minha remoção ao segundo grau em dezembro de 2003, entreguei a coordenação geral do PACTO à amiga e colega Lídia Mattos Guedes.

Levei comigo o coral SOL MAIOR que cresceu e foi ganhador de dois prêmios nacionais importantes.

Apreendi uma outra forma de levar cidadania a nossas crianças. Através da música.

Contei com a participação fantástica de uma equi-

S
*Estou entre sombras e sonhos de ontem
Entre saudades e cismas de agora*

Estou sempre só.

No silêncio seguro da solidão

Sigo sempre. Serena.

Sem sentir um só segundo a extensão,

Da própria solidão.

São sombras silentes, serenas, sadias,

Mas que doem

Sufocando noites,

Sacrificando dias

Que seguem sem sonhos, suavemente,

São sinos sonoros, sem som

São ecos surdos, sumidos

Que ressoam sozinhos

São silêncios....profundos silêncios,

Símbolos suaves de uma falsa serenidade.

E entre sussurros secretos,

A solidão sofrida. Sangrando suavemente...

Ah! Sabedoria vã!

A de saber-se livre, simplesmente solta,

Mas sangrando a saga,

Da solidão amarga

De ontem,

De hoje,

De amanhã!

pe de voluntários que farão parte da minha vida para sempre: Doriane Rossi (maestrina) Cristiane Kollarz e Éderson Marques (piano); Ronaldo Pimentel (cantor, e professor de violão); Adriana Bastos Trabalcci (cantora), Mara Mocrosky (diretora cênica); Ana Julia Spricigo (quanta saudade).

Aposentada desde 2003, hoje sou voluntária das peraltices da minha neta e de outro pimpolho que está a caminho.

Soube com alegria que o PACTO ainda vive. Completará onze anos em outubro próximo. Ano que vem, deixa de ser criança, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Será adolescente. Espero vê-lo adulto, cumprindo sua saga.

Devolvendo ao mar, ainda que uma única concha presa na areia da praia, já terá cumprido seu papel.

Viola do meu coração

*Vá, minha viola querida,
viola do meu coração:
vá correndo pela vida,
na cidade e no sertão.*

*Entre na casa do pobre,
visite a dos abastados.
Leve minha lição nobre
a muitos necessitados.*

*Vare o muro da tristeza,
supere o da solidão.
Acabe com a incerteza,
ilumine a escuridão.*

*Vá ao nordeste da miséria,
à luxúria do Planalto,
ao chão da vitória-régia
e, se possível, mais alto.*

*E, humilde, lá em cima,
implore, com muito ardor,
que Ele, que a tudo aproxima,
ao mundo dê mais amor.*

*Porque o povo desta Terra,
que já não parece gente,
vive eternamente em guerra,
a vitimar o inocente.*

*Vá, minha viola querida,
e não pare em sua andança,
que a causa não é perdida,
existe grande esperança.
Um dia eles deixarão
de lado toda a maldade,
para viver a união
na mais completa igualdade.*

*Pois sejam ricos ou pobres,
crentes e até mesmo ateus,
não importa - pois são nobres,
são todos filhos de Deus!*

Espertus fisqueitur plus

Por Gilberto Ferreira

Linus Espertus, descendente de tradicional família romana, que por força do incentivo imigracionista do início do século, veio nascer no Brasil, sempre quis ser um homem rico.

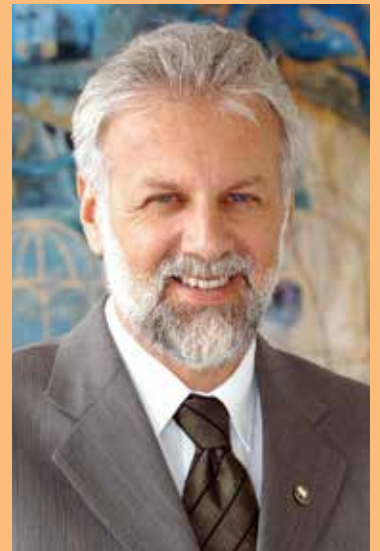
Tentou de tudo na vida. Foi mascate no sertão do Nordeste. Elegeu-se vereador numa pequena cidade. Montou uma casa de secos e molhados. Trabalhou como enfermeiro num pequeno hospital e aprendeu o ofício de alfaiate.

Em nenhuma dessas atividades, entretanto, foi feliz. Lampião, um de seus melhores clientes, não pagou as mercadorias adquiridas para seu grupo. Na vereança nada ganhou porque naquela época – saudosos época – os vereadores trabalhavam por amor. A casa de secos e molhados foi à falência quando um grupo poderoso estrangeiro montou um supermercado nas proximidades de seu estabelecimento. Como enfermeiro até que se deu bem. Sempre foi elogiado pelos pacientes. Mas recebia muito pouco. E, finalmente, seus sonhos morreram de vez quando chegaram as roupas importadas da China e ninguém, a não ser alguns gatos pingados, o procurava para a confecção de um terno ou mesmo para um remendo no traseiro de uma velha calça de linho.

Linus Espertus decidiu, então, se transformar num inventor. Haveria de descobrir alguma coisa que, de um momento para outro, o tornasse milionário. Algo como reinventar a coca-cola ou o mac-donalds. Foi observando

Gilberto Ferreira

Nasceu em 1953 em Quatiguá. Bacharel pela Faculdade de Direito da UFPR, em 1979. Advogou por cinco anos e iniciou sua carreira na magistratura, como juiz substituto em Jacarezinho, no ano de 1984. Em 1986 foi promovido a juiz titular e julgou em São Jerônimo da Serra, Ribeirão Claro, União da Vitória, Paranaguá e Curitiba, chegando no ano de 1995. Na Capital, integrou o projeto Paraná Sentença em Dia – até então inédito – e foi juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça. Diretor da EMAP em 2002 e presidente da AMAPAR na gestão 2004/05. Organizou o Primeiro Campeonato Estadual de Futebol da Magistratura, cujo modelo é utilizado para os campeonatos nacionais. É Mestre em Direito pela UEL, professor da PUC, da EMAP e autor de: *Aplicação da Pena*, Editora Forense. *O Rio Nasce na Montanha e Segue Rumo ao Mar*, Editora Juruá, além de *Minhas Histórias* e *O Começo do Mundo*, a publicar. ✍



um doente fazendo exercícios físicos com dificuldades que a idéia surgiu, como do nada: “E se eu inventasse um aparelho que transferisse toda energia adquirida por quem faz exercício para outro que não possa fazê-lo? Seria mais ou menos como uma transfusão de sangue, só que com transferência de energia. Eureka!”.

Dois meses depois a engenhoca estava pronta. Tratava-se de uma pequena máquina, movida a pilha ou a energia elétrica, com alguns fios que seriam atados no executor, aquele que fazia os exercícios, e no receptor, o que receberia a energia sem fazer qualquer esforço físico.

Testada e aprovada, a invenção foi patenteada com o nome de *Espertus Fisqueitur Plus*. Foi uma revolução. Os jornais noticiaram o fato na primeira página. Os hospitais fizeram filas para adquirir a nova máquina. Cogitou-se, inclusive, de que o prêmio Nobel de medicina pela primeira vez seria outorgado a um brasileiro, ao grande inventor Linus Espertus.

Mas Linus Espertus só se tornou realmente milionário quando as Academias de Ginástica despertaram para o novo acontecimento. É que o problema dos ricos, que normalmente detestam realizar atividades físicas a não ser aquelas ligadas ao exercício de erguer copos de uísque, manejar talheres finos ou experimentar roupas chiques, com a chegada do *Espertus Fisqueitur Plus* havia acabado.

A partir daí foi uma maravilha, para os ricos e uma desgraça, para os pobres. Em todas as academias via-se um rico lendo tranqüilamen-

te uma boa revista e saboreando um uísque enquanto ao seu lado, unido pelos fios da *Espertus Fisqueitur Plus*, um pobre malhava desesperadamente erguendo pesos cada vez mais pesados, alongando os músculos cada vez com maior intensidade, fazendo abdominais cada vez em maior número. Tudo, claro, por um módico pagamento, que para o pobre desqualificado já era muito. E aí do pobre que não malhasse direito. Era sumariamente despedido.

As coisas iam indo bem. Os ricos se tornaram mais fortes, mais esbeltos, mais bonitos e com mais saúde. E os pobres passaram a ter mais uma fonte de pequena renda, o que já era muito para quem, antes, nada tinha.

O final desta história poderia ser feliz. Mas não. Um dia Linus Espertus, agora definitivamente multimilionário, resolveu olhar no espelho de sua consciência e avaliar sua vida. E constatou que o invento, que lhe deu tanto dinheiro e fora criado para ajudar doentes e necessitados, tinha se convertido numa máquina perversa, responsável pelo incomensurável aumento da mortalidade de pobres. É que, sem receber a energia que produziam, seus corpos ficavam debilitados, à mercê das mais diversas doenças, o que, invariavelmente, os levavam à morte.

Linus Espertus, então, suicidou-se. No seu enterro, os ricos fizeram questão de levar o caixão. Claro, com o uso da *Espertus Fisqueitur Plus*, para não se cansar e para homenagear tão ilustre inventor.

Por Haroldo B. da Silva Wolff

Ao escrever sobre música, sinto que não poderia dissociá-la de minha própria existência, considerando que, desde cedo, pude receber diretamente sua benéfica influência dentro de minha casa paterna, onde tive a alegria de desfrutar de um ambiente musical próprio.

É que meus pais estudaram piano (mãe e pai) e violino (pai), fato que permitia, a realização, regularmente, de reuniões musicais em nossa casa, aos domingos ou nas horas de lazer e das quais eu participava prazerosamente.

Ouso, então, falar, concomitantemente, sobre ambos os temas.

Notando, desde logo, que minha inclinação se voltava para a música clássica, mesmo porque já dedilhava ao piano algumas peças, de ouvido, meus pais acharam melhor que iniciasse seriamente o estudo pianístico com uma professora da terra (minha madrinha de crisma) – Dinah Wolff Amaral – quando, então, recebi os primeiros conhecimentos teóricos – musicais pelos métodos Schemoll e Czerny.

Contava, nessa ocasião, com oito anos de idade.

Dois anos depois, minha família mudou-se de São Mateus do Sul (onde nasci) para Curitiba, definitivamente, em busca de melhores condições para a educação dos filhos.

Aqui, paralelamente à educação colegial que recebia, dava continuidade ao estudo de piano, agora com a Prof. Loris Zogueib Vidal, de saudosa memória, bastante conhecida nesta Capital, pela sua competência e qualidade de ensino, com o que pude atingir, paulatinamente, um grau mais elevado na interpretação da música e técnicas de execução, que tornaram possível minha participação, pela primeira vez, numa apresentação pública de final de ano, juntamente com outros alunos, na antiga PRB2.

Lembro-me que, nessa oportunidade, executei a peça musical “Astúrias”, do compositor espanhol Isaac Albeniz.



A música é vida

*Falar sobre música
é falar de vida.
De vida interior.
De vida vivida.*



Posteriormente, já com idade de 13 anos, pensando em seguir a carreira artística, como solista de piano, comecei a ter aulas com a Prof. Ignez Munhoz Colle, exímia pianista e concertista, de saudosa memória, vindo a encerrar o curso de piano quatro anos depois.

Nesse período, costumava freqüentar, assiduamente os recitais e concertos propiciados pela Sociedade de Cultura Artística Brasílio Itiberê (SCABI) e Pró-Música.

Infelizmente, na seqüência, não me foi possível participar de cursos de aperfeiçoamento, como seria natural.

Cumpria-me, prioritariamente, como era do desejo de meu pai, preparar-me para o vestibular e ingresso numa Faculdade.

E assim foi feito.

Concluí o meu curso de Direito na Universidade Federal do Paraná, no ano de 1952. Exerci, nos dois anos que se seguiram, a profissão de advogado (Inscrição nº 1031, da OAB – Seção do Paraná, nesta Capital).

Porém, novas perspectivas de vida surgiram e acabei me inscrevendo num concurso para ingresso na carreira da magistratura, o que ocorreu em 1955.

Embora tenha permanecido por 45 anos nessa carreira, 12 dos quais no interior, galgando todos os degraus que lhe são inerentes até chegar ao seu ápice, jamais descuidei da minha formação musical.

Apesar dos percalços e da falta do piano ao meu lado, onde deparasse com o instrumento ‘matava as saudades’, sobretudo quando das férias que passava em Curitiba.

Em Jacarezinho, comarca onde permaneci durante cinco anos, acabei tocando piano a convite de amigos, em três residências, e, por último, quando a essa cidade retornei para participar da formatura da 1ª Turma de Bacharéis da Faculdade de Direito do Norte Pioneiro, instituição da qual fui um dos fundadores e 1º Diretor, apresentei-me durante a solenidade em seu magnífico auditório.

Estava realizando, na verdade, um sonho acalentado na juventude e que ainda teria ou-

tros desdobramentos, como veremos.

Durante o meu tempo de permanência no Tribunal de Justiça fui gentilmente convidado pela esposa do então Presidente Des. Oto Luiz Sponholz – dna. Lúcia Helena Sponholz – para tocar piano no evento de inauguração da nova sala contendo peças do acervo histórico do Tribunal de Justiça, inclusive o belíssimo piano de cauda Essenfelder, restaurado, o que muito me sensibilizou e emocionou.

Posteriormente, no ano 2000, após minha jubilação no Tribunal de Justiça, fui praticamente “intimado” por minha saudosa irmã Maria Antonieta Wolff de Carvalho, Professora do Curso Superior de Piano da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, a reiniciar os meus estudos de piano (aperfeiçoamento).

Permaneci sob sua orientação por cerca de dois anos até que, num dia de aula, após fechar o piano, disse-me que nada mais tinha a ensinar, pois que considerava que eu já estava apto a tocar “em qualquer lugar e em qualquer piano”.


Depois desse ‘veredicto’, ousadamente aceitei um convite formulado por duas ilustres professoras – Liane Justus e Clarice Miranda – responsáveis pelo Curso de Formação de Platéia em Musica, nesta Capital, para duas apresentações diante de seus alunos: uma, no auditório do Solar do Rosário e outra no Espaço Cultural Glaser (aqui tive o prazer de inaugurar um magnífico piano “Yamaha”, de cauda inteira, recém chegado do exterior).

E, por fim, quando da aposentadoria de minha irmã, já mencionada, pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná, na homenagem que lhe prestaram professores e alunos, fui convidado pela Comissão Organizadora para tocar piano, na qualidade de ex-aluno da homenageada, executando a peça 3ª Consolação, de Liszt.

Hoje, minha atividade musical não se restringe tão-somente ao piano, pois a música me abriu um novo horizonte.

Fui convidado para fazer parte da Confraria dos Melômanos de Curitiba, entidade fundada em abril de 1983, portanto, com mais de 25 anos de existência, e que tem por primado

Haroldo Bernardo da Silva Wolff

Nasceu em São Mateus do Sul, em 1930. Bacharel pela UFPR na turma de 1952 e, em 1953, concluiu o curso de Administração Pública pela FGV, no Rio de Janeiro. Iniciou na magistratura em 1955, julgando nas comarcas de Ponta Grossa, Imbituva, Ipiranga, Prudentópolis e Pitanga como substituto e, como titular, em Ibiporã, Loanda, Jacarezinho e Curitiba, aonde chegou em 1969. Em 1979, foi nomeado para o Tribunal de Alçada e, em 1986, desembargador do TJPR exercendo, na gestão de 1999/2000, o cargo de Vice-Presidente daquele órgão. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1995. No magistério, colaborou na fundação da Faculdade de Direito do Norte Pioneiro, em Jacarezinho, sendo o primeiro diretor. Aposentou-se em 2000 e atualmente é diretor da Sala dos Aposentados. Agraciado com honrarias e títulos pela imprensa paranaense e Câmara Municipal de Curitiba em 1995 e 1996. Concertista, pianista erudito, participa e promove encontros musicais entre profissionais e admiradores da boa música. É membro da Confraria dos Melômanos de Curitiba. 



congregar um conjunto de pessoas que nutrem comum interesse pelo cultivo da música erudita. A expressão “melômano” – “melo”: melodia e “manos”: obsessão -, é o indivíduo que tem verdadeira paixão por essa música.

Somos hoje 16 melômanos e cada um realiza, em sua própria casa, duas reuniões musicais, uma em cada semestre, o que nos propicia 32 reuniões nas tardes de sábado, no decorrer do ano.

Todos têm boa discoteca (DVD e CD), livros sobre música e um equipamento de som, com

qualidade, acoplado à televisão e aparelho de DVD para projeção do programa adremente preparado, com duas a três horas de duração, em geral.

Há tempo no decorrer da reunião para considerações e trocas de impressões, não faltando o ‘cafezinho amigo’ e um lanche vespertino, a final.

Ouve-se música orquestral, regida por famosos maestros, música instrumental executada por exímios solistas (às vezes acompanhados por orquestra), música incidental, música coral, música lírica (ópera), barroca (instrumentos antigos), música de câmara (tercetos, quartetos, quintetos etc), música antiga, música sacra (cantatas, missas, réquiem etc).

Quanto a esse último gênero musical, pode-se acrescentar que a música e a religião sempre andaram de mãos dadas desde a origem do ser humano.

Era ouvida tanto nas estepes quanto nas cavernas, assim como hoje ela é ouvida nas igrejas, criptas e templos.

Daí ter o teólogo S. João Crisóstomo, referindo-se à voz, - que foi uma das primeiras manifestações musicais da humanidade, - escrito o seguinte texto:

“Nosso canto não é senão um éco, uma imitação do canto dos anjos. A música foi inventada no céu. Em torno e acima de nós cantam os anjos. Se o homem é musical isso se deve a uma revelação do Espírito Santo; o cantor é inspirado pelas alturas”.

Para encerrar este escrito, que já se alonga demasiadamente, quero invocar, por oportunas, as palavras de Victor Hugo:

“A música expressa o que não pode ser dito em palavras e não pode ficar em silêncio”.

Presto, por último e no ensejo, uma singela homenagem ao saudoso jornalista, político e músico Arthur da Távola, recentemente falecido, lembrando as palavras que constituíram o seu lema com o qual, invariavelmente, encerrava o seu apreciado programa musical:

“Música é vida interior. E quem tem vida interior jamais padecerá de solidão”.

Centenário

Edmundo Alberto Mercer Junior

Por Laura Tereza Mercer

Filho de Edmundo Alberto Mercer e Laurentina de Sá Bittencourt Mercer, nasceu em Tibagi no dia 03 de abril de 1908. Seus primeiros anos foram vividos entre Tibagi e Ponta Grossa. Em Tibagi frequentou o curso primário no Grupo Escolar Telêmaco Borba, obra construída por seu pai. Veio para a Capital com seu irmão mais velho, Herbert, para estudar no Internato Paranaense, onde concluiu o ginásio. Quando seus pais já residiam em Curitiba, cursou a Escola Normal, hoje Instituto de Educação do Paraná Prof. Erasmo Pilotto, formando-se professor normalista.

Em 1926 ingressou na Faculdade de Direito da UFPR. Como acadêmico e professor, em sua juventude, alfabetizou adultos e soldados do antigo Batalhão de Artilharia Montada, atual NPOR. No Liceu Rio Branco lecionou Instrução Moral e Cívica e, em seguida, trabalhou na Diretoria Geral de Ensino, na Secretaria de Educação do Paraná.

No jornalismo, atuou como “foca” do jornal “Diário da Tarde” e, mais tarde, redator esportivo. Ainda acadêmico, quintanista de Direito, exerceu a promotoria pública nas comarcas de Irati e de Tomazina.

Esportista amador, integrou por vários anos o primeiro quadro do Clube Atlético Paranaense, sagrando-se bicampeão invicto, em 1928/30. Consagrou-se como o hábil atacante Rintintim. Fundador da Associação Atlética dos Estudantes de Direito – AAED – primeira organização esportiva universitária do Paraná, órgão do Centro Acadêmico Hugo Simas, existente até os dias atuais.

Bacharel em Direito na Turma de 1930 e inscreveu-se na Ordem dos Advogados do Brasil,

sob nº. 79. Em março de 1932 retornou à sua terra natal, instalou-se como advogado, exercendo sua profissão por 11 anos. Em 1936 casou-se com Albertina Lagos Martins e tiveram quatro filhas: Rosemarie, Maria Regina, Margarida Maria e Laura Tereza que, casadas, lhes deram 14 netos, 26 bisnetos e 1 trineto.

Nomeado Prefeito Municipal de Tibagi, em 1937, seu dinamismo se fez sentir através de grandes obras públicas, entre as quais se destaca a construção do edifício da Prefeitura Municipal, hoje Casa da Cultura e a dotação de um prédio próprio para o fórum da Comarca, ambos aparelhados às expensas da municipalidade. Em 1940 foi nomeado Delegado Municipal do Recenseamento.

Em 1942, com sua família, transferiu residência para Londrina e, como advogado, notabilizou-se pela inteligência, saber jurídico e elevada cultura. Reassumiu a promotoria pública e foi nomeado Delegado Regional de Polícia, cargo que exerceu por três anos. Em 1951 fundou e dirigiu o “Paraná Jornal”, de sua propriedade, experiência pioneira de jornalismo diário da região.

Em janeiro de 1947, o Interventor Federal do Estado nomeou-o Escrivão do Cível e Comércio, acumulando a escrivania de Menores, Ausentes e Interditos.

Em 1953, transferiu-se para Curitiba e exerceu as altas funções de Procurador-Geral da Justiça. Em 1954 passou a trabalhar no Tribunal de Justiça nas funções de Assessor e de Diretor-Secretário além de, em 1957, ser nomeado juiz no Tribunal Eleitoral, pela classe dos advogados.

Escolhido desembargador em abril de 1958, pelo quinto constitucional, ocupou Câmara Cível e foi membro do Conselho Superior da Magis-



tratura. Destacou-se durante o tempo em que exerceu suas funções de desembargador nas câmaras julgadoras, pelo fato de manter em dia o seu serviço, cumprindo os prazos regulamentares. Eleito vice-presidente e corregedor-geral da Justiça no biênio 1963/1964, publicou “Caminhos do Procedimento”, em dois volumes, obra editada pela Associação dos Magistrados do Paraná, dirigida aos magistrados e muito procurada por seu conteúdo prático e objetivo. Em 1966 fez parte da comissão que procedeu aos estudos relativos à reforma da Lei de Organização e Divisão Judiciárias.

Preocupado com o registro e guarda dos documentos históricos, numa iniciativa pioneira, criou o Museu da Justiça e organizou o Coral do Tribunal, que abrilhantou muitas solenidades durante aquele período.

Presidiu a Associação dos Magistrados do Paraná de 1968 a 1972, imprimindo naquele órgão uma organização ímpar. Em sua gestão, concorreu para a conclusão da colônia de férias em Guaratuba.

Aclamado Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, órgão que ajudou a fundar, além de incentivar a criação de associações congêneres e de ser agraciado com o título de Benemérito por muitas delas. Em 08 de junho de 1973, decano do colegiado, foi eleito presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Professor universitário, lecionou a cadeira de Direito Judiciário Civil na Faculdade de Direito de Curitiba e publicou o trabalho “Ensino Prático de Direito”. Fundou o Escritório Modelo de Advocacia para prática acadêmica, elaborando o respectivo regulamento, procedimento adotado nos cursos de bacharelado.

Jornalista de larga militância e renomado conferencista, participou de congressos nacionais e internacionais, recebendo sempre o respeito e admiração dos participantes. Circunstância singular em sua longa vida profissional foi a de exercer todas as atividades pertinentes ao seu grau de bacharel em Direito.

Em sua apreciada coluna no jornal Gazeta do

Povo ‘De Pleno Direito’ escreveu artigos sobre suas experiências existenciais, apresentando sugestões e orientação ao magistrado iniciante. Usava o pseudônimo de “Javolenus”.

Cidadão honorário de vários municípios do Estado, sócio benemérito da Associação do Estado de Sergipe, sócio efetivo do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, desde março de 1940. Seus últimos títulos foram o de Cidadão Honorário de Curitiba e o de Cidadão Honorário de Irati, ambos no ano de 1974. O Estado de Goiás homenageou-o com o Colar do Mérito Judiciário do Estado.

Jurista, orador eloqüente, faleceu no dia 18 de dezembro de 1974, em sua residência, no exercício das funções de presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Foi sepultado em Tibagi, sua terra natal, muito amada por ele.

A 08 de agosto de 1975, por ocasião do III Congresso Nacional da Magistratura recebeu dignificante homenagem póstuma: Patrono das Associações de Magistrados do Brasil. Na mesma ocasião, foi instituída a Medalha do Mérito Judiciário Edmundo Mercer Junior, láurea concedida ao magistrado que presta relevantes serviços à magistratura. A cidade de São Paulo, por iniciativa da OAB, Seção Capital, denominou uma rua daquela cidade com o seu nome. Diversas foram as cidades paranaenses que o homenagearam post-mortem dando seu nome a ruas e praças. Por iniciativa do Des. José Lemos Filho, na gestão do Des. Alceu Conceição Machado, em ato de elevada consideração, o Tribunal Pleno denominou “Conjunto Mercer Junior” a ala do Palácio da Justiça, onde se situam os gabinetes dos desembargadores.

Empresta seu nome ao Recreio dos Magistrados da Amapar, na Colônia Faria e é patrono do fórum de Mandaguaçu.

Na placa de bronze no seu túmulo está gravado um trecho de seu discurso de posse como presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e que o define muito bem: “...que Deus me ajude, que o orgulho nunca me suba à cabeça, pois não quero deixar de ser apenas um caboclo de Tibagi”.



Dando de Comer aos Marrecos - Arthur José Nísio



Recolhendo Carneiros - Arthur José Nísio



Antônio de Sá Camargo

Visconde de Guarapuava

Texto da palestra proferida pelo desembargador jubilado Jeorling Joely Cordeiro Cleve na Academia Paranaense de Letras, em data de 26 de junho de 2007, focalizando a figura de Antônio de Sá Camargo, Visconde de Guarapuava, ao ensejo das comemorações do bicentenário do nascimento deste ilustre paranaense, cuja saga histórica é por poucos conhecida.

Antônio de Sá Camargo, futuro Visconde de Guarapuava, nasceu em Palmeira, na fazenda de seus pais, nos Campos Gerais de Curitiba, em data de 10 de dezembro de 1807, filho primogênito do casal Antônio Joaquim de Camargo e Mathilde Umbelina da Glória Marcondes de Sá. Foi batizado, na Capela de Nossa Senhora da Conceição do Tamanduá, de São Luiz do Purunã, ainda hoje existente e que já vai se tornando um ponto de turismo naquela região. Era descendente, por parte de mãe, do clã de Manoel José de Araújo e sua mulher Anna Maria da Conceição Marcondes de Sá, ele originário das Minas Gerais, filho de pais portugueses, e ela, dos antigos povoadores dos Campos Gerais, da estirpe de Baltasar Carrasco dos Reis, um dos fundadores de Curitiba, como registrado por Roselys Vellozo Roderjan (*Os Curitibanos na Formação das Comunidades Campeiras no Brasil Meridional, Estante Paranista*, vol. 36, p. 120). Tendo contraído casamento no ano de 1773, em Curitiba, Manoel José e Anna Maria logo se estabeleceram com fazenda e currais de gado nos Campos Gerais, num descampado perto do histórico caminho que vinha de São Pedro do Viamão do Rio Grande do Sul em direção à cidade de Sorocaba, São Paulo, principal rota usada por tropeiros para o transporte de gado – muares e boiada gorda – com destino às famosas feiras desta cidade.

E foi ali, perto de um capão de matos que passaram a chamar de Capão da Palmeira, que fizeram construir sua casa e criaram seus filhos, tornando-se prósperos fazendeiros.

Manoel José de Araújo e sua mulher Anna Maria da Conceição Marcondes de Sá certamente não foram os primeiros moradores da região, pois ali já havia estado entre os anos de 1694 e 1699, faiscando ouro nos rios e aluviões, o minerador Antônio Bicudo Camacho, conforme comentado por David Carneiro, citado por João Carlos Vicente em seu livro “Cidades Brasileiras” (Edit. MB Memória do Brasil). Além disso, não se pode esquecer dos bandeirantes Pedro Taques de Almeida e seus filhos, enteados e genros, que a partir de 1704, tendo requerido sesmarias que envolviam áreas de campos nos atuais municípios de Jaguariaíva, Piraí do Sul, Imbituva, Castro e parte de Ponta Grossa, embrenharam-se por essas campanhas, dando origem à formação da freguesia de Nossa Senhora de Santana do Iapó, hoje cidade de Castro. E tampouco do tropeiro, comerciante e sertanista Cristóvão Pereira de Abreu, que nos anos de 1731 e 1773, realizara a façanha de conduzir bois e cavalgadas do Viamão, São Pedro do Rio Grande do Sul, para Curitiba; ou então do tropeiro Antônio Lourenço e dos seus descansos com as tropas que conduzia, no chamado Pouso do Cupim, mais tarde cidade de Imbituva. Mas foram eles, os avós maternos de Antônio de Sá Camargo, futuro Visconde de Guarapuava, inegavelmente, os fundadores da freguesia e atual cidade de Palmeira. Acontecimento que se deu a partir do momento em que, atendendo pedido de sua mulher, Manoel José de Araújo fez a doação de terreno destinado à construção de uma capela, em sua fazenda, no dia 07 de abril de 1819. A capela foi ali construída, dando origem mais tarde, à Igreja Matriz



ANTÔNIO DE SÁ CAMARGO
Visconde de Guarapuava

Nasceu em Palmeira, nos Campos Gerais, no dia 10 de dezembro de 1807, sendo filho primogênito do casal de fazendeiros Antônio Joaquim de Camargo e Mathilde Umbelina da Glória Marcondes de Sá, e neto do casal Manoel José de Araújo e Anna Maria da Conceição Marcondes de Sá, pioneiros do povoamento dessa região.

de Nossa Senhora da Conceição, de Palmeira.

O escritor Luiz Romaguera Netto, membro destacado da Academia Paranaense de Letras, onde ocupou a Cadeira N.º 2, descendente do clã de Manoel José de Araújo e Anna Maria da Conceição Marcondes de Sá, em seu fascinante romance fundado na história da família, intitulado “O Amor Além da Sacristia”, em que fala sobre a saga destes desbravadores, assim escreve sobre a fundação da antiga freguesia por seus antepassados:

“O terreno escolhido, com boa formação, tinha dimensões e caída excelentes. De um lado, um ribeirão e de outro, um arroio com água abundante – Forquilha e Monjolo – pareciam ter sido feitos para abrigar exatamente aquilo que queriam.

O croqui, com os pontos básicos, foi elaborado para poderem situar o cemitério, o cruzeiro e a igreja. Uma coisa era preciso dizer: toda a família deverá ter direito a lotes de terra em volta desse lugar, para poder construir suas casas e juntos formarem uma comunidade. Matos próximos para abrigo da criação, e lenha também foram pontos lembrados, o que não faltava naquele rincão.

Manoel José de Araújo, no dia 07 de abril de 1819, concretizou o sonho que, junto com Anna Maria, acalentara por longos anos. A escritura de doação foi legalizada, restando um pedido que faria a seus filhos: ‘Gente simples e humilde como nós, construiu essa freguesia, ajudem-na a crescer, para honrar seus antepassados e que ela sirva de orgulho a seus descendentes.’” (Edit. Santa Mônica,

Curitiba, 2001).

Fez seus estudos na cidade de Sorocaba, São Paulo, e, muito jovem ainda, transferiu sua residência para a então freguesia de Guarapuava, acompanhado de alguns escravos e empregados de confiança, para implantar e cuidar da fazenda de seus pais, nas terras situadas nos Campos do Pinhão, que estes haviam recebido pela ajuda prestada à Real Expedição da Conquista dos Campos de Guarapuava.

Manoel José de Araújo e sua mulher Anna Maria da Conceição Marcondes de Sá viveram nos Campos Gerais de Curitiba durante a fase áurea do tropeirismo, e enriqueceram com a força do seu trabalho e da sua determinação. Tiveram 12 filhos, como mencionado por Romaguera Netto em seu livro, sendo eles: Anninha, José Caetano, Mathilde Umbelina da Glória, Domingos Ignácio, Manoel (falecido com tenra idade), Francisco José, Maria Caetana, Cândida Flora, Manoel (novamente), Cherubina Rosa, Ruffina e Delphina. Quase todos foram fazendeiros, tendo sido alguns deles influentes políticos no período provincial. Cherubina Rosa Marcondes de Sá, mãe do conselheiro Jesuíno Marcondes, ministro da agricultura no Império, foi casada com José Caetano de Oliveira, Barão do Tibagi, o mais antigo titular do Paraná, falecido em 1863. Já viúva hospedou em sua casa, em Palmeira, o imperador D. Pedro II e a imperatriz, quando da sua passagem pelos Campos Gerais em 1880. Recebeu do monarca, nesta ocasião, o título de Viscondessa do Tibagi, como é registrado

pelo historiador David Carneiro.

Segundo o comentário de David Carneiro em seu livro “D. Pedro II na Província do Paraná”, reeditado pelo Jornal Gazeta do Povo de 17 de dezembro de 2003 na forma de suplemento, o imperador não quis dar o título ao filho da então baronesa – Conselheiro Jesuíno Marcondes –, por se achar insatisfeito com o resultado do assentamento dos imigrantes russos brancos em terras da Fazenda da Anta, adquiridas para tanto pelo governo.

Em meados do ano de 1809, quando Antônio de Sá Camargo tinha 2 anos de idade, passou pelos Campos Gerais a Real Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava, comandada pelo Tenente-Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, quando houve requisição aos fazendeiros, de braços e recursos para a abertura de caminhos e estrada em direção aos Campos de Guarapuava, cujo território deveria ser desbravado e povoado pelo império. Requisição na sua melhor expressão, pois que todos eram obrigados a colaborar para o sucesso do empreendimento de conquista. Era intenção da Coroa lusitana consolidar seu domínio territorial sobre aquela região que já havia sido a província espanhola de El Guayra, pela ocupação, pondo termo a quaisquer discussões sobre seus limites. Manoel José de Araújo e alguns de seus filhos e genros, segundo dados históricos, contribuíram fornecendo boa quantidade de gado de leite e de corte, animais de carga e de tração, alguns escravos que vinham incomodando-os, e também com somas em dinheiro. Por sua contribuição rece-

Sede da Fazenda Boa Cria, situada nos Campos do Pinhão, desmembrada área maior que pertencera à família Camargo. Foi construída por Antônio de Sá Camargo, mais tarde Visconde de Guarapuava. (Foto extraída do livro Álbum de Guarapuava, Edit. Olivero, 1928).



beram, mais tarde, a partir de 1819, a concessão de sesmarias de campos em Guarapuava.

Aos 9 anos de idade, conforme relata Romaguera Netto em seu livro, Antônio de Sá Camargo, futuro Visconde de Guarapuava, já cavalgava com destreza pelas fazendas de seus pais e avós, em Palmeira, acompanhando os peões no trato e rodeio do gado, familiarizando-se, desse modo, com as atividades campeiras.

Fez ele os seus estudos básicos na cidade de Sorocaba, São Paulo, não tendo cursado além disso.

Em data de 30 de dezembro de 1836 contraiu casamento com sua prima Zeferina Marcondes de Sá, filha de José Caetano de Oliveira, Barão do Tibagi, e Cherubina Rosa Marcondes de Sá, irmã de sua mãe. Do consórcio nasceu um menino, batizado com o nome de Firmino, que faleceu em tenra idade, vítima de infausto acidente quando era banhado pela mãe. A trágica ocorrência foi motivo para separação do casal, retornando Zeferina, mulher nova e inexperiente, ao lar de seus pais em Palmeira.

O futuro Visconde de Guarapuava, a partir de então, longe da esposa, passou o resto da vida em Guarapuava, convivendo com seus 12 escravos e um casal de empregados de confiança, ora na fazenda e ora na casa que tinha na cidade, administrando as terras de campos que haviam recebido seu avô Manoel José de Araújo, seu pai Antônio Joaquim de Camargo e seus tios José Caetano de Araújo e Domingos Ignácio de Araújo, como pagamento pela ajuda prestada à Real Expedição

de Conquista dos Campos de Guarapuava, comandada pelo Tenente-Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal.

Estas terras figuraram entre as primeiras sesmarias concedidas pelo capitão-mor povoador Antônio da Rocha Loures, a partir do ano de 1819. Contendo uma área de 31.074.253,5 braças quadradas, tinham sua localização nos Campos do Pinhão, onde foi fundada a Fazenda Boa Cria, com sua sede em taipa de pedras para proteção contra possíveis ataques dos indígenas. A fazenda, em pouco tempo, tornou-se muito próspera, pelo trabalho e perseverança dos seus donos e rentabilidade do negócio.

A liderança de Antônio de Sá Camargo desde logo se mostrou manifesta. Contam as historiadoras Gracita Gruber Marcondes e Alcioly Therezinha Gruber de Abreu, em seu livro “Philantropia Guarapuavana: 150 Anos de História”, editado por Unicentro, que:

“Na madrugada de 17 de junho de 1839 um bando de indivíduos, formado por desertores da Revolução Farroupilha, alguns elementos locais, índios e escravos, intitulado-se ‘farrapos’, tentaram assaltar a Cadeia Pública para se apoderarem das armas ali existentes, a fim de saquear a sede da Freguesia e as fazendas de Guarapuava.

Informado do Plano dos assaltantes, por um dos seus escravos, Antônio de Sá Camargo preparou a resistência.

À noite, quando o bando atacou a cadeia aos gritos de ‘Viva a República’, encontrou 36



Guarapuava. Século XIX. Residência de Antônio de Sá Camargo, Visconde de Guarapuava. Foi construída nas imediações da Igreja Matriz. Atual sede do Museu Municipal.

fazendeiros entrincheirados que revidaram o ataque e conseguiram prender os infratores. Porém no incidente saiu ferido Joaquim Alves Ribeiro, genro de Antônio da Rocha Loures, que comandou a defesa.

No processo crime, o Juiz de Paz, Antônio de Sá Camargo, lavrou o seguinte termo:

‘Sumariando a culpa, obrigo à prisão e livramento: Jerônimo José Teixeira, Manoel Ribeiro da Silva, Francisco Marques, Anastácio Cardoso, Manoel Alves, Inácio José (índio), Diogo Ferreira (índio), Manoel Garruxo, João da Silva Bello, Bruno (índio), Theodoro Antônio, Delfino Rodrigues, José Francisco Palhano, Victorino José, José de Oliveira, José Inácio de Oliveira, João de Deus, Inácio Paulista, Adriano Lemes e João da Costa pelos crimes, não só de ferimento em Joaquim Alves Ribeiro, como por atacarem esta povoação, fazendo fogo na guarda do quartel para destruí-la e em seguida matarem os principais habitantes deste Distrito e levaram suas famílias para abrigar à prisão e livramento.

Elias José do Espírito Santo e seus filhos: José, Manoel, Antônio, Francisco e Felix da Silva por serem coniventes ao crime. O escrivão lance seus nomes no rol dos culpados (aa) Antônio Sá de Camargo.’

O Tribunal do Júri da Comarca de Castro, realizado em 23 de outubro de 1839, na Igreja do Rosário e presidido pelo Dr. Agostinho Ermelino de Leão, condenou 11 daqueles criminosos a 20 anos de ‘galés’ e absolveu os demais. Serviu como Promotor Público, Manoel Martins de Araújo.”

Este importante registro sobre os perigos que rondavam as fazendas e o pequeno vilarejo de Guarapuava nos seus primeiros anos de existência, tem por base o arquivo histórico Benjamin C. Teixeira: Registros Históricos – Guarapuava – 1947.

A Freguesia de Nossa Senhora de Belém, de Guarapuava, é preciso que se diga, nesta época contava com um território de mais de 175.000 km² – o da antiga província espanhola de El Guayrá –, era o povoado mais avançado em direção ao Oeste, e contava, então, com uma população de menos de dois mil habitantes.

Antônio de Sá Camargo, quando viajou pela primeira vez para Guarapuava, tinha 14 anos, e o fez na companhia de seu avô Manoel José de Araújo e de seus tios, que tinham por fito conhecer as terras de campos que haviam adquirido por sua colaboração prestada à Real Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava. Sabe-se que, em 1827, segundo Luiz Romaguera Netto em seu livro “Gertrudes e o Padre Camargo”, p. 22, já se achava administrando essas terras, nas quais fundou a Fazenda Boa Cria. A seu respeito, anotou o historiador guarapuavano Benjamim C. Teixeira, em sua obra Efemérides Guarapuavanas:

“1836. 30 de dezembro. Antônio de Sá Camargo, filho de Antônio Joaquim de Camargo e Matilde Umbelina da Glória, nasceu em 1808, na estância de seu avô Manoel José de Araújo, casa-se com Zeferina Marcondes de Sá. Antônio teve seus primeiros estudos em

Sorocaba – SP. Aos 14 anos veio para Guarapuava e foi o primeiro Juiz de Paz eleito. Auxiliou a expedição do Engenheiro Henrique Beaurepaire Rohan ao Chagu, cuja finalidade era explorar a navegabilidade do Rio Iguaçu. Auxiliou a missão Rebouças nas descoberta do misterioso campo denominado Paiquerê. Comendador da Rosa.”

Refere-se este registro, certamente, à sociedade formada entre Antônio de Sá Camargo e o cônego Antônio Braga d’Araújo, e às bandeiras em número de cinco que seguiram em direção ao sertão do Piquiri, Ivaí e Corumbataí, destinadas ao descobrimento das terras de campos situadas no atual município de Campo Mourão, local de caça e pesca do temido cacique Tayobá. Estas expedições, embora não tivessem alcançado Campo Mourão, tiveram o mérito de abrir caminho em direção ao Norte e ao Mato Grosso. A tarefa foi completada mais tarde, pelo Comendador Norberto Mendes Cordeiro com a ajuda do índio Capitão Bandeira, conhecedor daquele sertão.

Tendo conquistado sucesso e grande fortuna em suas atividades ligadas ao campo, o futuro Visconde de Guarapuava passou a se dedicar, também, à filantropia e à vida pública, auxiliando, até o final de sua vida, obras comunitárias e de caridade.

Filiou-se à loja maçônica Philantropia Guarapuavana, onde foi maçom grau 18.

Auxiliando a iniciativa do catequista Padre Francisco das Chagas Lima e do capitão-mor povoador Antônio da Rocha



Guarapuava. Século XIX. Igreja Matriz de Nossa Senhora de Belém. Atual Catedral Metropolitana. Sua construção, determinada por decreto de D. Pedro II, em 19 de agosto de 1818, foi iniciada em 28 de julho de 1841, tendo duração de mais de 30 anos. As obras foram custeadas por subvenções do governo e mediante doações da população, em listas encabeçadas por Antônio de Sá Camargo, mais tarde Visconde de Guarapuava, e pelo capitão-mor povoador, Antônio da Rocha Loures.

Loures, foi um dos principais sustentáculos para obra de construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Belém, de Guarapuava, atual Catedral Metropolitana, que contou, inclusive, com o empenho e participação do governo imperial. Contribuiu para construção do prédio da Câmara dos Vereadores e Cadeia Pública de Guarapuava, inaugurado em 1887; colaborou com somas em dinheiro para a construção do Teatro Santo Antônio e do Cemitério Municipal desta cidade; ajudou a construir escolas e hospitais, na freguesia e fora dela.

Desbravador, como acima visto, ajudou a expandir fronteiras em direção ao extremo Oeste e Sudoeste. No ano de 1839, participou da expedição chefiada pelo Padre José Ponciano de Araújo e integrada, dentre outros, por Jacob Dias de Siqueira, José Ferreira dos Santos e Francisco Ferreira da Rocha Loures (Brigadeiro Rocha), que seguiu em direção aos Campos de Palmas, e aí iniciou seu povoamento, assegurando, por via de consequência, sua integração ao território nacional, na chamada Questão de Palmas, quando foi esta região disputada entre Brasil e Argentina. Aqui, foi ele, Antônio de Sá Camargo, o fundador do arraial de Boa Vista, também Chamado de Palmas de Baixo, atual cidade de Clevelândia.

Ainda, conforme anotado pela historiadora Maria Nicolas, em seu livro “130 Anos de Vida Parlamentar Paranaense – 1854/1984”:

“Colaborou com o Coronel Amazonas Macondes na empresa de navegação do

rio Iguaçu. Por essa razão, o segundo vapor que navegou nesse rio recebeu-lhe o nome. É inegável o auxílio que prestou em prol da navegação fluvial. Esse empreendimento concorreu para desenvolver as povoações situadas nas margens do rio Iguaçu.

Financiou a reconstrução da Biblioteca Pública do Estado.

Foi nomeado coronel comandante superior da Guarda Nacional, em abril de 1846.

Fundou a sociedade Paiquerê, que organizou bandeira de reconhecimento e descobrimento combatendo eficazmente dessa forma o assalto à povoação de Guarapuava por um grupo de bandidos.

Por ocasião da guerra do Paraguai concorreu com grande soma em dinheiro para despesas de campanha e outra para as famílias necessitadas dos militares que se destinavam à luta. Sendo o Visconde comandante do 7º de Cavalaria da Guarda Nacional, fardou, agrupou e armou o seu batalhão que fez a guarnição da fronteira com a Argentina, fundando Palmas de Baixo.

Modesto e simples, mas de espírito superior à vaidade e ao orgulho, que muitas vezes inutilizam os cidadãos, menos superiores em dotes do coração e de inteligência menos esclarecida.

Faleceu o prestativo patricio, orgulho da terra que o viu nascer, a 12 de novembro de 1896, em Guarapuava.”

Na vida política, foi Antônio de Sá

Camargo camarista em Guarapuava, durante a primeira legislatura, instalada em 9 de abril de 1853, deputado provincial nas legislaturas de 1854/55 e 1864/65, e vice-presidente da Província do Paraná.

Nomeado no posto de coronel como Comandante Superior da Guarda Nacional, na comarca de Guarapuava, criada por decreto de 2 de abril de 1864, teve destacada participação durante a Guerra do Paraguai, travada nos anos de 1865 a 1870, organizando nossa força militar e guarnecendo a fronteira com a Argentina e Paraguai numa extensão de 100 quilômetros, o que fez com um contingente de 300 guarapuavanos, que arregimentou, fardou e ajudou a armar, com atuação até o final do conflito. Sob tal enfoque, comentam as historiadoras guarapuavanas Gracita Gruber Marcondes e Alcioly Therezinha Gruber de Abreu, em seu livro “Philantropia Guarapuavana: 150 Anos de História”:

“De 1865 a 1870 desenrolou-se o conflito armado na Guerra do Paraguai; na época, o Brasil encontrou-se em sérias dificuldades para organizar e abastecer o seu exército, devido à longa distância e à falta de estradas.

Surgiu então a idéia de comunicação através de Guarapuava, graças aos estudos feitos pelos engenheiros Willian Loyd, Christian Palm e Monteiro Tourinho, com interesse de ligar – via Guarapuava – o Paraná com o Mato Grosso, invadido por Francisco Solano Lopes.

Guarapuava tornou-se conhecida pelo seu

valor estratégico e pelo patriotismo de seus filhos que, através de listas, contribuíram com dinheiro, soldos, animais de tração, gado de corte e vários contingentes que engrossaram os batalhões ‘Voluntários da Pátria’.

(...)

Anteriormente, por decreto de 2 de abril de 1864, fora criado o Comando Superior da Guarda Nacional de Guarapuava, desligando esta comarca e seu distrito de Palmas do Comando Superior da Guarda Nacional de Castro.

O novo comando de Guarapuava passara a compor-se do 7º Batalhão de Infantaria, com quatro Companhias; uma Companhia avulsa e o 6º Esquadrão de Cavalaria de Palmas, com duas companhias.

Ao irromper a Guerra do Paraguai, um contingente de 300 guarapuavanos, sob o comando da Guarda Nacional foi destacado para guarnecer 100 quilômetros de nossas fronteiras com a Argentina e o Paraguai, enquanto durou a guerra.

Os obreiros da Loja Maçônica Philantropia Guarapuavana tiveram participação ativa nessa campanha. Entre muitos, destacamos apenas os que atuaram em funções de comando da Guarda Nacional:

Antônio de Sá Camargo, Comandante Superior da Guarda Nacional.

Manoel Marcondes de Sá, Chefe do Estado Maior.

Estêvão Ribeiro do Nascimento Filho participou do comando do Estado Maior do 6º Esquadrão de Cavalaria; Estêvão Ribeiro do Nascimento e Arlindo Silveira Miro que

participaram do comando da 1ª Companhia e do 6º Batalhão de Cavalaria de Palmas.

7º BATALHÃO DE INFANTARIA

Participou do comando da 1ª Companhia de Infantaria: Cândido de Almeida Araújo.

Da 2ª Companhia de Infantaria: Antônio Alves Guimarães.

Da 3ª Companhia de Infantaria: José de Freitas Saldanha.

Da 4ª Companhia de Infantaria: Joaquim Mariano de Sá Ribas.

7º CORPO DE CAVALARIA

Participaram do comando do Estado Maior: Joaquim Ayres de Araújo Jacques e Eugênio Ernesto Virmond.

Exerceu o posto de comando da 1ª Companhia de Cavalaria: Antônio França Loures.

Do comando da 3ª Companhia de Cavalaria participaram: Joaquim Mariano de Sá Ribas e Domingos Ignácio de Araújo Pimpão.

Nessa campanha distinguiram-se os seguintes obreiros:

a) Antônio de Sá Camargo, que pelos serviços prestados à guerra, em 1870, recebeu o título de Barão e, em 1880, o Gabinete Sinibu agraciou-lhe com o título de Visconde de Guarapuava;

b) os irmãos Christiano e Francisco de Paula Pletz, que se apresentaram em Curitiba, mas desde 1868 foram filiados à Philantropia Guarapuavana. Francisco foi ferido em

combate, condecorado com a Medalha de Prata na Batalha de Uruguaiana, Medalha de Ouro na Campanha do Paraguai e título de Tenente Honorário do Exército Brasileiro. Christiano de Paula Pletz serviu como 1º Tenente, sendo até hoje guardada a luva que ele usava, quando recebeu um aperto de mão do general Osório, em recompensa aos seus atos de bravura;

c) Antônio da Rocha Loures Villaca foi ferido duas vezes em combate;

d) Daniel Cleve prestou tão relevantes serviços à guerra, como informante, que recebeu de D. Pedro II o título de Tenente-Coronel do Exército Brasileiro;*

e) Pedro Aloys Scherer, nos anos de 1865, 1865, 1866, 1867 e 1868 abriu mão de muitos proventos dos cargos que exerceu, em auxílio do Governo Imperial, durante a guerra.”

Antônio de Sá Camargo, o Visconde de Guarapuava, além desta corajosa atuação no cenário de guerra e das grandes contribuições que fez em prol do desenvolvimento de sua terra de adoção – Guarapuava –, prestou inestimáveis ajudas para muitas instituições da recém criada Província do Paraná. Ajudou com recursos em dinheiro as obras de construção da Catedral de Curitiba, da Igreja da Ordem Terceira, do Museu Paranaense, da Sociedade de Imigração de Curitiba, das Santas Casas de Misericórdia de Curitiba e de Paranaguá, e para obras de instrução pública e de caridade. Além disso, fez vários empréstimos em dinheiro à Província nos primeiros anos de sua

*. Luiz Daniel Cleve. Nota do Autor



Curitiba. Esquina das ruas Barão do Rio Branco e Visconde de Guarapuava.. Busto de Antônio de Sá Camargo – Visconde de Guarapuava, inaugurado em 7 de novembro de 1947, data do cinquentenário de sua morte.

existência para suprir suas necessidades, como reconhecido pelo próprio presidente Alfredo Maria d'Escagnolle Taunay, Visconde de Taunay, ao homenagear em seu nome a Sala de Honra da Biblioteca Pública do Paraná. Quando escreveu seu testamento, em outubro de 1891, ainda não havia recebido 80 apólices da dívida pública, no valor de 1:000\$000 (um conto de réis) cada uma, conforme registrou nesse instrumento.

Foi o Visconde de Guarapuava, enfim, um benfeitor da humanidade, um exemplo raro de cidadão. Colaborou com abnegação e de todas as formas, como se viu, para o engrandecimento de sua terra e de outras paragens. Faleceu aos 89 anos de idade, em Guarapuava, onde passou a maior parte de sua vida. Seu corpo foi sepultado no Cemitério Municipal desta cidade, que ajudou a construir, na capela mortuária principal, ao lado das cinzas do capitão-mor povoador Antônio da Rocha Loures, falecido em data de 20 de fevereiro de 1849.

No dia 7 de novembro de 1947, data do cinquentenário de sua morte, foi inaugurado seu busto na frente da Assembléia Legislativa do Paraná, atual sede da Câmara Municipal de Curitiba, na esquina das ruas Barão do Rio Branco e Visconde de Guarapuava, contendo uma placa comemorativa do acontecimento com a seguinte inscrição:

*“Defendeu a Pátria com armas na mão.
Construiu estradas e caminhos e libertou
também escravos.”*

As homenagens a tão ilustre cidadão de projeção nacional foram organizadas pela seguinte Comissão: Romário Martins, Dr. J. Loureiro Fernandes, David Carneiro, Antônio Lustosa de Oliveira, Francisco Peixoto da Lacerda Werneck, Antônio Batista Ribas, Dulcídio Tavares de Lacerda, conforme foi anotado pelo historiador guarapuavano Benjamin C. Teixeira (Efemérides Guarapuavanas, p. 220):

“1896. 7 de novembro. Falece aos 88 abis de idade Antônio de Sá Camargo – Visconde de Guarapuava, tendo nascido em Palmeira no ano de 1807. A seu respeito encontramos em ‘Curiosidades Naturais da Província do Paraná’, memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em agosto e setembro de 1889, pelo sócio honorário Visconde de Taunay que assim disse: ‘Esse venerando ancião morador na cidade de Guarapuava há longuíssimos anos merece de toda a Província do Paraná o maior e mais justo respeito. Sempre que apelei para sua generosidade como Presidente daquela grande zona, encontrei-o pronto para concorrer com valiosos donativos a bem de benefícios morais e materiais. Dei por isto à Sala de Honra da Biblioteca Pública o seu nome. Conhecido por inúmeros atos de virtude; modesto, retraído e superior a todas as vaidades do mundo, tem sido o ilustre cidadão incansável em promover o adiantamento da cidade que habita e que deve ufanar-se de ter em seu seio tão distinta e nobre personalidade. O

Jazigo, existente no Cemitério Municipal de Guarapuava, onde estão sepultados os restos mortais do Capitão Antônio da Rocha Loures, fundador da cidade, e de Antônio de Sá Camargo, o Visconde de Guarapuava. Foto: Hiroshi Sasaki, extraída do livro Philantropia Guarapuavana: 150 Aos de História, de Gracita Gruber Marcondes e Alcioly Therezinha Gruber de Abreu.



Visconde de Guarapuava é um brasileiro que honra o Brasil inteiro. Com a mais viva satisfação, aqui lhe é prestada esta homenagem de elevadíssimo apreço. Foi deputado provincial na primeira legislatura de 1854/1855 e na sexta legislatura de 1864/1865.

A Comissão organizadora das comemorações do cinquentenário da morte de Antônio de Sá Camargo – Visconde de Guarapuava, tem a honra de convidar V. S. para assistir as solenidades que se realizarão nesta capital, de 7 a 14 de novembro do corrente ano. Curitiba, outubro de 1947. (aa) Romário Martins, Dr. J. Loureiro Fernandes, David Carneiro, Antônio Lustosa de Oliveira, Francisco Peixoto da Lacerda Werneck, Antônio Batista Ribas, Dulcídio Tavares de Lacerda.

Programa: Dia 7 de novembro, às 9,00 horas, missa celebrada por S. Excia. Revdma. D. Ático Euzébio da Rocha, na Capela da Santa Casa de Misericórdia, em sufrágio da alma do Benemérito Irmão Antônio de Sá Camargo. Às 17,00 horas, inauguração da placa de bronze comemorativa do cinquentenário, sendo orador o deputado Dr. Francisco Peixoto Lacerda Werneck. Local: Esquina das ruas Visconde de Guarapuava e Barão do Rio Branco, em Curitiba. Dia 9 de novembro à 20,30 horas, palestra pela Rádio ZYM-5 Guairacá pelo Dr. Gaspar Veloso, Secretário de Educação e Cultura. Dia 12 de novembro

às 20,30 horas, conferência pelo professor Loureiro Fernandes no Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, à rua XV de Novembro, 1050. Dia 14 de novembro às 17,00 horas, inauguração do busto do Visconde de Guarapuava ao lado da Assembléia Legislativa. Às 20,00 horas palestra pela Rádio ZYM-5 Guairacá pelo Sr. Dulcídio Tavares de Lacerda e um número musical executado pelo Maestro Bento Mussurunga.”

Foram-lhe prestadas outras homenagens, mais do que merecidas. Em Curitiba, é nome de uma das principais vias públicas da cidade – a Avenida Visconde de Guarapuava –, por sinal uma das mais movimentadas, como se sabe. Em Guarapuava, dá nome a uma das ruas centrais, aquela que passa defronte à casa em que viveu, e que, atualmente, tombada pelo poder público, serve de sede do Museu Municipal Visconde de Guarapuava. Dá nome, também, a diversas escolas deste município, destacando-se o Ginásio Estadual Visconde de Guarapuava.

Nem todas as suas realizações puderam ser mencionadas neste pronunciamento. Penitencio-me pelas lacunas deixadas. Entretanto, o que aqui foi lembrado parece ser suficiente para demonstrar de que têmpera era formado este grande brasileiro que foi Antônio de Sá Camargo, exemplo de cidadania, de luta e de vida pública para a posteridade.

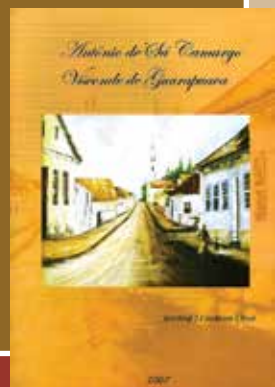
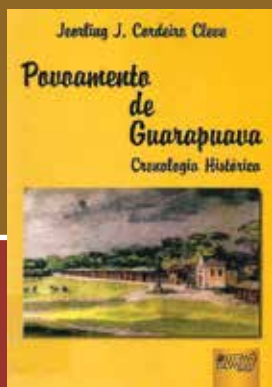
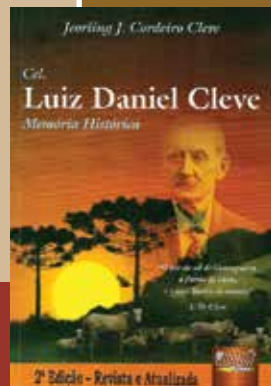
Jeorling Joely Cordeiro Cleve

Nasceu em Guarapuava, em 1932. Bacharel pela UFPR na turma de 1957. Exerceu a advocacia e a promotoria-pública interina até 1966, quando ingressou na magistratura. Judicou nas comarcas de Foz do Iguçu, União da Vitória e Pato Branco, Piraí do Sul, Ivaporã, Guarapuava e Curitiba. Promovido para o Tribunal de Alçada, ascendeu ao cargo de desembargador em 1999. Aposentou-se em 2002. No magistério, foi o responsável pela criação do ginásio estadual em Pitanga e professor de Direito Processual Civil na Escola da Magistratura do Paraná. Dedicado à literatura, jardinagem e pesquisas históricas é autor das obras 'Luiz Daniel Cleve – Memória Histórica', 'Povoamento de Guarapuava – Cronologia Histórica' e 'Pensamentos de Todos os Tempos – Lições de Sabedoria', em três volumes e 'Antônio de Sá Camargo, o Visconde de Guarapuava'. É membro do Centro de Letras do Paraná e foi agraciado com honrarias pela Câmara Municipal de Curitiba, de Guarapuava e de Pitanga.



OBRAS CONSULTADAS

1. CARNEIRO, David – O Paraná na Guerra do Paraguai – Fundação Cultural, 1995/Farol do Saber.
2. CARNEIRO, David – D. Pedro II na Província do Paraná (reedição) – Jornal Gazeta do Povo, Suplemento, de 17.12.2003.
3. CORREIA, Leocádio e Mário F. Olivero – Álbum de Guarapuava, 2ª edição/1928 – Edit. Olivero.
4. FERREIRA, João Carlos Vicente – Cidades Brasileiras – Edit. MB Memória do Brasil.
5. LAZIER, Hermógenes – Paraná: Terra de Todas as Gentes e de Muita História – Grafit/Gráfica Edit. Ltda., 2003.
6. MARCONDES, Gracita Gruber e Alcioly Therezinha Gruber de Abreu – Philantropia Guarapuavana: 150 Anos de História – Unicentro Edit. Universitária.
7. NICOLAS, Maria – 130 Anos de Vida Parlamentar Paranaense, 1854-1984 – Edit. Assembléia Legislativa do Paraná.
8. RODERJAN, Rosely Velloso – Os Curitibaanos e a Formação de Comunidades Campeiras no Brasil Meridional – Estante Paranista, vol. 36.
9. ROMAGUERA NETTO, Luiz – Amor Além da Sacristia – Edit. Santa Mônica/2001.
10. TEIXEIRA, Benjamin C. – Efemérides Guarapuavanas – Edit. Murilo Walter Teixeira, Ano 2002.
11. TEIXEIRA, Luiz Cleve – Terceiro Planalto, Ano 2000.
12. TEIXEIRA, Murilo Walter – Continente Guarapuavano, Transição Político-Social, Ano 2006.
13. TOURINHO, Luiz Carlos Pereira – Toiro Passante II, Tempo de Província – Estante Paranista, vol. 25.
14. WACHOWICZ, Ruy Christovam – História do Paraná – Imprensa Oficial do Estado, Ano 2002.





Paisagem com Cavalos - Arthur José Nísio



A MÚSICA
DOS
JUÍZES

HI-FI
Copacabana

AI SAUDADE!

(UM PASSEIO EM VILA VELHA)

AI, SAUDADE!
AMAR, SIM... CASAR, NÃO
A PALMEIRINHA
TURBILHÃO
QUE LINDO DIA VAMOS TER
CAIOBA
PRA MIM OU PRÁ VOCE
UMA CANÇÃO PARA VOCE
ESSAS COISAS DE AMOR
HOROSCOPO
SUAVE É A NOITE



CALOUROS
DO
RITMO

Calouros do Ritmo

Por Chloris Elaine Justen de Oliveira

Os Calouros do Ritmo iniciaram sua trajetória artística incentivados pelo advogado José Cadilhe de Oliveira, primo de Luiz Cezar e Ruy Fernando de Oliveira. Inicialmente o grupo era formado pelos dois irmãos com Anadir Sales e Luiz Antônio Amatuzzi de Pinho, depois por Ruben de Souza Rolim.

Luiz César e Ruy Fernando cantavam juntos desde a infância em Paranaguá. Formavam uma dupla vocal que se apresentava em programas de rádio, com Luiz Cezar ao violão – pendor que compartilhava com o pai, Jahyr de Oliveira, igualmente hábil em instrumentos de sopro.

No começo da década de 60, Pinho e os irmãos Oliveira vieram estudar em Curitiba e morar na pensão do Jacobowski, conhecida como Sing-Sing. À noite, reuniam-se com os demais hóspedes e entoavam as canções escolhidas, sob os violões de Pinho e Luiz César. Este, um autodidata perfeccionista, procurava os acordes no instrumento enquanto indicava aos demais vozes e melodias, sem domínio da escrita musical, mas com reconhecido refinamento. Ruy Fernando expressava, no canto afinado e preciso, o rigor harmônico exigido pela música. Integrou-se ao grupo o vocalista Anadir Sales, quase adolescente ainda, dono de melodiosa voz que, com Ruben, sustentava o solo em primeira voz.

Os rapazes cantavam em festas e reuniões de amigos, até receberem um convite para se apresentar no programa televisivo Evanira dos Santos Canta. Qual não foi a surpresa quando um profissional da televisão, o diretor artístico Aluizio Finzetto, convidou-os para assumir um programa próprio. E assim os Calouros do Ritmo passaram a se apresentar semanalmente na incipiente televisão, em horário nobre, ora numa emissora, ora noutra, sempre disputados pelos patrocinadores.

Em 1963, o produtor musical Inami Custódio Pinto, na época escrivão de polícia, idealizou um elepê com o quarteto vocal Calouros do Ritmo. Comporia o disco um repertório escolhido entre antigos sucessos de cancionero (Que Lindo Dia Vamos Ter; Suave é a Noite, versão brasileira de Nazareno de Brito), músicas próprias (Essas Coisas de Amor, dos irmãos Oliveira; Uma Canção Para Você e Ai Saudade, de Ruben Rolim) e outras de autoria do próprio Inami (Caiobá, que se transformou em hino informal do balneário, A Palmeirinha e Amar Sim, Casar Não). Contando com seu bom relacionamento no meio musical carioca e a amizade com Nazareno de Britto, Inami conseguiu concretizar seu projeto.



O grupo seguiu para o Rio de Janeiro e – nos estúdios da Copacabana, sob a regência do maestro Hervê Cordovil e acompanhados pela Orquestra da Rádio Nacional – gravou o primeiro long-play paranaense cantado: *Ai Saudade! – Um Passeio em Vila Velha*. O cenário da capa, de autoria do fotógrafo José Kalkbrenner Filho, mostra as formações rochosas de Vila Velha. Foi um sucesso!

Por quase cinco anos, os Calouros do Ritmo integraram a vida musical de Curitiba. Representaram o Paraná em eventos oficiais, participaram de festas, bailes, aniversários, inaugurações, inclusive a da TV Coroados, em Londrina. Contribuíram para o surgimento e consolidação de outros grupos vocais e, certamente, para o aprimoramento musical dos jovens iniciantes.

Em 1965, o grupo se dissolveu. Cada um tomou seu próprio rumo: Luiz César e Ruy Fernando concluíram a faculdade de direito, Anadir e Ruben continuaram a carreira artística entremeada pela comercial, Pinho já havia enveredado pela engenharia, tendo ocupado a superintendência do Porto de Paranaguá. Nos primórdios da gravação e reprodução do som e imagem no Paraná, tiveram a oportunidade de contribuir com a nossa nascente cultura de massa e levaram consigo uma experiência original e inesquecível.

Em 1999, diante da persistência de amigos e interessados em resgatar essa fase da cultura paranaense que se agitavam em busca de exemplares remanescentes, houve a iniciativa de remasterizar, agora em formato CD, o long-play *Ai Saudade! – Um Passeio Em Vila Velha*.

Reproduzo aqui a apresentação que figurou na contra-capa:

“Com gosto e prazer, ouviremos a remasterização do primeiro long-play musical paranaense: Ai, Saudade! com os Calouros do Ritmo. Entre 1960 e 1965, Ruy Fernando, Luiz Cezar, Anadir e Ruben – e Pinho, por certo tempo – apresentaram-se semanalmente ‘ao vivo’ na televisão do





Estado, revezando-se entre os canais existentes. As canções eram exaustivamente ensaiadas na casa do meu sogro, Jahyr de Oliveira, com arranjos intuitivos de Luiz Cezar e Ruben, belíssimos solos de Anadir que, junto ao Ruy Fernando, tornavam o vocal primoroso.

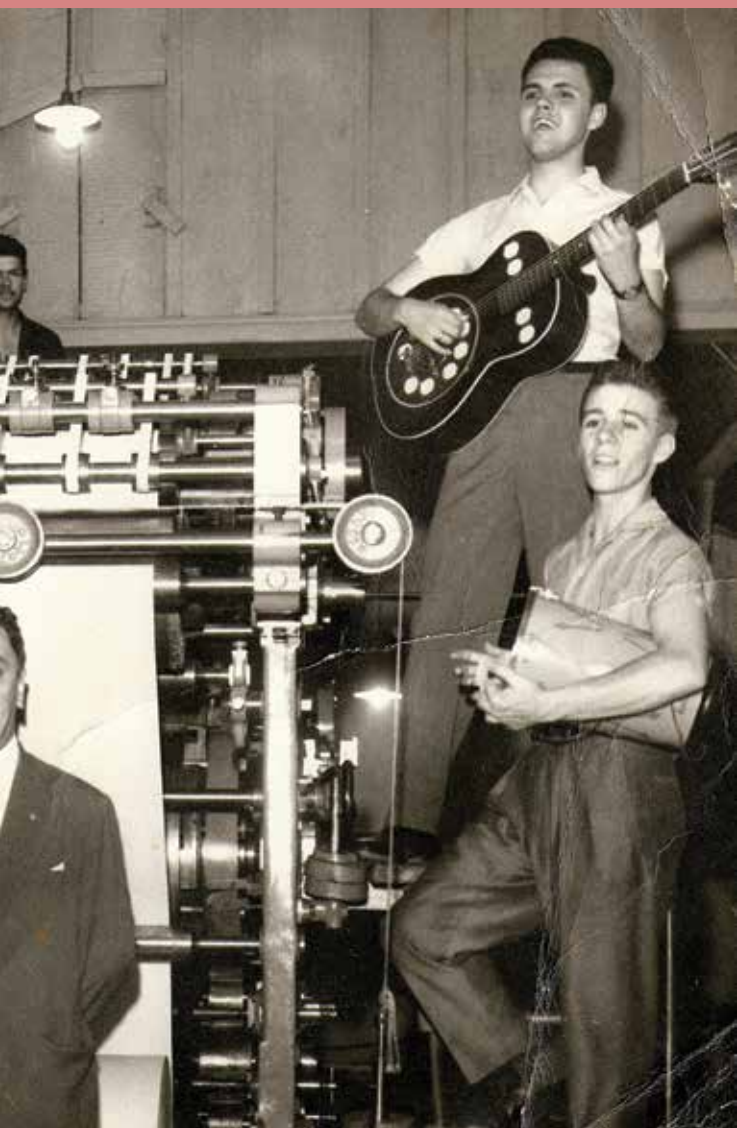
Vários amigos assistiam aos ensaios, dentre tantos, Ari Fontoura, que iniciou na dramaturgia paranaense, e o jovem Juarez Machado, que fazia a cenografia de estúdio e pintou, durante um ensaio, com graxa de sapato, um enorme painel na parede da sala.

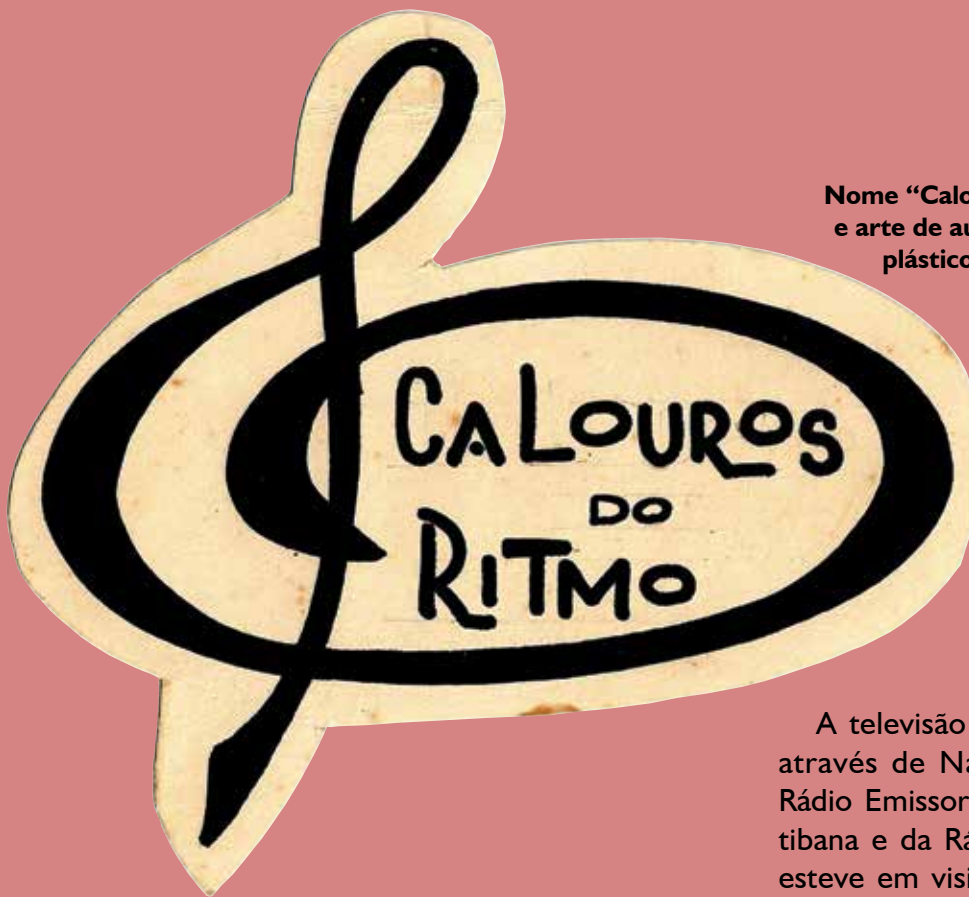
O sucesso era limitado pela inexistência do vídeo tape e de cadeia nacional de retransmissão. Ainda assim, os Calouros do Ritmo obtiveram reconhecimento generalizado, representaram oficialmente o Paraná em eventos culturais nacionais, apresentaram-se no Teatro Guaíra, participaram da inauguração da TV Coroados de Londrina e cantaram em todos os bailes de gala promovidos pelos clubes de Curitiba, naquela época. De minha parte ganhei muitas serenatas e os vizinhos da rua saíam para aplaudir.

Passados mais de trinta anos e mesmo exercendo atividades profissionais tão distantes e afastadas do mundo artístico, os Calouros do Ritmo são identificados por seu antigo público e sempre precisam justificar o fim do grupo, explicar detalhadamente o que fazem e se ainda cantam.

Após desfeito o conjunto, meu marido Ruy Fernando, experimentou situações curiosas, como a testemunha distraída que sorria para o juiz e, depois de admoestada pelo advogado, interrompeu tudo, desculpou-se e perguntou se o juiz não era cantor de televisão. Até mesmo um governador do Paraná identificou os irmãos magistrados com quem publicamente debatia como os Calouros do Ritmo, pensando que invocar tais origens os desagradaria. Ledo engano!

A iniciativa desse relançamento, mais que homenagem pessoal, destina-se justamente a preservar essas origens, que também fazem parte da vida e lembranças de tantos paranaenses.”





Nome “Calouros do Ritmo”
e arte de autoria do artista
plástico Alvaro Borges.

A televisão chegou ao Paraná em 1958, através de Nagib Chede, proprietário da Rádio Emissora Paranaense, da Rádio Curitiba e da Rádio Universo. O empresário esteve em visita aos Estados Unidos, onde conheceu um engenheiro eletrônico que lhe mostrou uma pequena câmera transmissora. De imediato, adquiriu o tal aparelho e obteve algumas informações sobre seu funcionamento. Em seu retorno, preparou uma sala no 7º andar do Edifício Garcês, chamando um técnico no Rio de Janeiro para operar aquela novidade. Seu amigo Stier, proprietário das Lojas Tarobá, colocou na vitrine da loja um aparelho de televisão que fora emprestado, retransmitindo imagens produzidas naquele estúdio improvisado. A primeira emissora de televisão paranaense foi inaugurada em 29 de outubro de 1960. Desconheciam-se o funcionamento do sistema, os aparelhos transmissores e retransmissores, sua tecnologia, não havia profissional qualificado, apenas o entusiasmo com a novidade e a vontade de se integrar à modernidade. Nas residências não existiam aparelhos de televisão, nem nas lojas, para vendê-los. E o mais intrigante, não havia nenhuma autorização estatal para tal operação, a transmissão do sinal. Mesmo assim com a transmissora inaugurada, as grandes lojas passaram a vender os aparelhos e, diante desta




terça-feira 12
 4 de agosto

17.00 Variedades - filme ou desenho
 17.30 Variedades - filme ou desenho
 17.55 Hora da Ave Maria - preço
 18.00 Veja de Mão - uma reprise do filme "Pânico" (suspense) exibido no último domingo
 18.40 Esportes pelo Canal 12 com Wilson Brucolin
 18.45 Showzinho Preto e Branco
 19.00 Variedades - filme
 19.40 Repórter Ações - informativo com Alcides Vasconcelos
 20.00 Desafiando à Morte - filme documentário sobre as mais famosas corridas de automóveis focalizando, inclusive, sensacionais e dramáticas acidentes.
 20:40 **Calouros do Ritmo** - famoso conjunto vocal paranaense, com Anady Sales, Rui Fernando e Luiz Cesar


 um programa **INDEPENDENTE** sobre **MEDELLIN**
 21:20 **IMPACTO** - filme - apresentação de Boris Karloff, narrando temas policiais, de suspense e emoção
 22.30 Variedades - eventos!
 23.00 O Estado do Paraná na TV produção: Fritz Bassfeld

urgência, Nagib Chede seguiu para o Rio de Janeiro na companhia do Governador Moisés Lupion. Perante o presidente da República, Juscelino Kubitschek, pleiteou a legalização do empreendimento e a obteve de imediato. Assim passaram a funcionar os canais retransmissores em Curitiba.

Surgiu uma nova linguagem, nem rádio, nem teatro, televisiva, sonora e visual, rápida e imediata, apresentada em perfeita harmonia. No princípio, apresentavam apenas filmes. Em seguida surgiram os telejornais, acompanhados de programas musicais, esportivos e infantis, tudo muito precário. Os profissionais do rádio e do teatro, alçados à televisão, se viram na contingência de renovar seus conhecimentos, sua técnica para atender à nova demanda, apesar dos escassos recursos. A nova sistemática de estúdio, microfones e cenários, ambientação, luz, figurino, excluía a improvisação. O intervalo comercial era 'ao vivo', exigia preparação meticulosa, ensaio, acompanhados até de diretor de cena.

Com tanta novidade, a necessidade trouxe inventores, que passaram a criar fantásticas imagens sonoras como Osni Bermudes e suas famosas 'traquitanas', apresentando excelente produto, copiado por outros centros, demonstrando a força do trabalho e o talento dos pioneiros da televisão paranaense.

êles
 estão
 de volta!



**CALOUROS
 DO RITMO**

AS 20,40 H. CANAL 12
 oferta de
LOJAS BETTEGA
 e
Standard Eletric



ESSAS COISAS DE AMOR

*Nessa luz de suave esplendor
Refletida no seu doce olhar
Há promessas de tanta ternura
Há estrelas de vida a brilhar*

*Essas coisas de amor são assim!
Você chora e sorri, sem porquê.
Fica triste em momentos alegres,
Tem saudade de quem sempre vê.*

*Nossa vida é a pureza de um beijo
O calor de um encontro de mãos
A certeza de felicidade em meu coração!*

Essas coisas de amor...

**Letra de Ruy Fernando de Oliveira e
música de Luiz César de Oliveira**

Ruy Fernando de Oliveira

Pontagrossense nascido em 1940. Bacharel pela Faculdade de Direito da UFPR, em 1965. Ingressou na magistratura em 1966, percorrendo as comarcas de Campo Largo, Cerro Azul, Araucária, Rio Negro, Ipiranga, Santo Antônio do Sudoeste, Pato Branco, Paranaguá e Curitiba. Integrou o Tribunal de Alçada a partir de 1990 e tornou-se desembargador do Tribunal de Justiça em 1999. Professor e diretor geral da Escola da Magistratura do Paraná e presidente da Amapar durante os anos de 1998 e 1999. Autor da obra *Justiça é Cidadania* (1999), com artigos e manifestações sobre as questões institucionais da magistratura.

Luiz César de Oliveira

Pontagrossense nascido em 1939. Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, em 1968. Ingressou na magistratura em 1969, judicando nas comarcas de Campo Largo, Ivaiporã, Paranaguá, Araongas, União da Vitória, Coronel Vivida, Mandaguari, Wenceslau Braz, Maringá e Curitiba. Nomeado para o Tribunal de Alçada em 1990 e para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça em 2000. Lecionou na Universidade Estadual de Maringá e Escola da Magistratura do Paraná, da qual foi coordenador-geral. Presidiu a Amapar no biênio 1992/93. Aposentou-se em 2007.

Conjunto Vocal Opus 4



Opus 4: os irmãos José, Fábio e Sérgio Molteni e Amauri Lustroso.

Já é difícil apresentar o compositor Paulo Vitala numa terra como a nossa, de escasse e especial inexistência. Por é claro: "Aqui está o poeta Paulo Vitala". Só a coisa do outro mundo, a última entre os bons poetas paranaenses foi aquela do simbolismo, no início do século. Pura arte al estr: poeta e compositor, com seu primeiro disco à disposição dos dias/da noite/da manhã, logo serão famosos, cidade leonardina, dos programistas, da direção e do povo em geral.

Tudo aconteceu esta noite. Desde que "Cidade de Adrenalina" foi exibida naquela noite de TV Globo, é que os irmãos de Curitiba entraram no repertório obrigatório de todo cidadão de lá. São a explosão mais ainda mais impetuosa, inquietante, plena de criatividade, porque era o resultado de um desafio de amor. "If music be the food of love, play on!" - disse Shakespeare. Amante de Curitiba, não encaixado pelo fio de uma rede, sentido de verdade do poeta, então Amauri, Paulo Vitala se deu inteiro à tarefa de fazer esta "Cidade Sem Portas", que começou a ser gravada e teve o seu primeiro espetáculo de respeito, graças à beteira dos músicos com o mesmo disco.

O problema de paz mundial estaria resolvido se os homens dos quatro cantos do mundo se entendessem como se entendem os versos do Opus 4. Afirmação, harmônica, já foram conhecidos até pelo Marcondesinho em festa. José, Sérgio e Fábio Molteni formam com Amauri Lustroso a síntese da integração vocal. Modestamente, apresentaram em algumas notas tudo o que sabem, para dar mais valor à palavra.

Athenal Fortes de Sá Junior

Athenal Fortes de Sá Junior

"Cidade Sem Portas" nasceu de um espírito que, no final, nem acabou podendo ser incluído em sua última música: o bom Fernando do Bumbo, voz e ritmo de nossa vida moderna, em dia cantando a sua música com homenagem ao bairro de Bagatella, lembrando de que Curitiba merece um show musical que contasse sua história, sua vida humana, suas contagens. A tarefa de reduzir 200 anos de nossa história em apenas de duas horas de espetáculo agradável e digno, não era fácil, digna de um redator fantástico de Reader's Digest, como Adhemar Fortes de Sá Junior, diretor desta obra. Mas Adhemar, um dos jornalistas de maior informação e melhor texto, junto com a sensibilidade de Paulo Vitala - um músico que faz música há mais de 10 anos na melhor linha de nossa LPB (Linha Nova) e Chico Buarque, com alguma colaboração de poemas como Drummond e Vinícius - conseguiram, afinal, realizar a tarefa que lhes foi confiada e que se constitui na primeira experiência séria em Curitiba, no campo do musical-dramático. As músicas de Paulo Vitala, apesar de desconhecidas regionalmente e nossa cidade, têm extraordinária comunicação e servem de abertura para a sua futura LP que, se o compositor e produtor Norman Suzar cumprir o dever, será um bem. Por enquanto é guardar aqui um pouco dos temas felizes que Paulo Vitala quer entalar o texto de Adhemar e que prometem que o Curitiba também é de todos.



FICHA TÉCNICA: Direção de Produção: Athenal Fortes de Sá Junior / Assistentes de Direção: Paulo Vitala / Técnico de Gravação: Norman Reiff / Estúdio de Gravação: HAYAT - Guaratuba / Produção e Edição: Companhia Industrial de Discos - Guaratuba / Data de gravação: 18 de março de 1973 109-30m / 20x20cm / CDD: Wanda Gonçalves / Máquina-Propaganda & Propaganda / Foto de capa: Auto Graf / Supervisão gráfica: Antônio Luiz Vieira / Impressão: Grafpar.

cidade sem portas

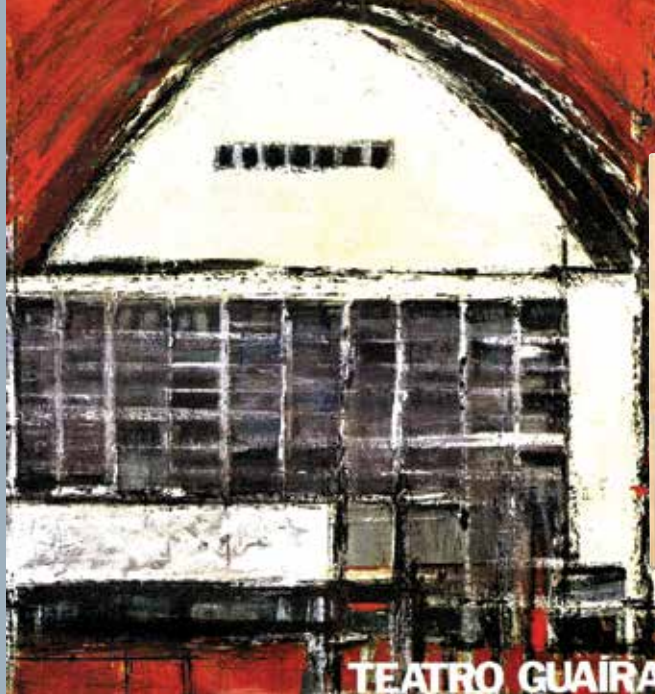
músicas e letras de Paulo Vítola
OPUS 4 e orquestra

Por José Molteni Filho

Na década de 60, alguns amigos moradores na Rua Fernando Amaro e adjacências, no alto da rua XV de Novembro, costumavam se reunir ao som de um violão, para cantar músicas da época.

Daí para a formação de um conjunto vocal foi uma questão de consequência natural, e estava formado o Conjunto Irapoã, precursor do que viria a ser o Conjunto Vocal Opus 4. Inicialmente composto pelos irmãos Molteni (José Molteni Filho e Sérgio Maciel Molteni) e Rocha (Irineu Marden Rocha e Edson Ney Rocha) e mais o amigo Hamilton Ribas Von Linsingen. O grupo sofreu alterações ao longo de sua existência, com a saída de alguns integrantes e ingresso de outros, passando a contar, em determinado período, com Ronaldo Silveira e firmando-se definitivamente como Opus 4 com José Molteni Filho, Sergio Maciel Molteni, Fábio Maciel Molteni e Sergio Amauri Lustosa.

Ainda como Conjunto Irapoã, o grupo participou de inúmeros programas de rádio e TV da cidade, acompanhado por músicos do primeiro time paranaense, como os pianistas Gebran Sabbag e Fernando Montanari e o maestro Norton Morozowski, além de contracenar com artistas de renome no Paraná e no Brasil, como Ary Fontoura, Maurício Távora e Odelair Rodrigues. Realizou um sem número de shows por praticamente todos os clubes de Curitiba e diversas cidades do interior do Estado, destacando-se também apresentações em vários festivais musicais, inclusive no Maracanazinho, por ocasião do festival “O Brasil Canta no Rio”, interpretando música do compositor paranaense Carlos Eduardo Mattar. Nessa época, também apresentou-se várias vezes em programas comandados pelo saudoso Dirceu Graeser, sendo pitoresca uma serenata com um grupo de músicos, em uma noite gelada de Curitiba, nas residências do



então prefeito Ivo Arzua, do deputado Antonio Ruppel – Presidente da Assembléia Legislativa -, da Sra. Lilly Carneiro e do Sr. Germano Ehlke, fato que mereceu reportagem da prestigiada revista Panorama.

Já como Opus 4 e em sua formação deradeira, o conjunto teve atuação destacada na parte musical da peça teatral “Cidade Sem Portas”, apresentada com enorme sucesso, por elenco paranaense, no Teatro Paiol, tendo gravado um compacto com as músicas da peça, de autoria do famoso compositor e músico paranaense Paulo Vítola. Também participou ativamente do MAPA – Movimento Atuação Paiol – movimento encabeçado por Paulo Vítola para divulgação de músicas e músicos do Paraná. Atuou ainda, na parte musical da peça ‘O Homem do Princípio ao Fim’, no auditório Salvador de Ferrante – Guairinha – com Fernanda Montenegro, Fernando Torres e Sergio Brito. E participou da inauguração do auditório Bento Munhoz da Rocha Neto - grande auditório do Teatro Guairá -, atuando na peça “Paraná Terra de Todas as Gentes”.

Dos integrantes do OPUS 4, José Molteni Filho ingressou na carreira da magistratura e hoje é juiz aposentado, Sérgio Maciel Molteni é médico ortopedista, Fábio Maciel Molteni é empresário e engenheiro químico e Sergio Amauri Lustosa é falecido.



José Molteni Filho

Natural de Curitiba, nascido em 1944, Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1973. Iniciou sua carreira na magistratura em 1977, na comarca de Cascavel e percorreu as comarcas de Corbélia, Guaíra, Guarapuava e Ponta Grossa, chegando em Curitiba em 1990. Aposentou-se em 1999, atuando no extinto Tribunal de Alçada como juiz substituto em segundo grau. Casado com Maria da Glória Dorfmund Molteni, é genro do Des. Henrique Nogueira Dorfmund. ✍️



Garotos da Melodia

Henrique Nogueira Dorfmund, nascido em Porto Alegre, em 1910, onde se tornou bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1937. Integrou o Conjunto Universitário 'Garotos da Melodia', formado por acadêmicos e contratados pelas emissoras de rádio PRB7, Farrupilha e Riograndense. Entre os anos de 1934 e 1937, o grupo de estudantes apresentou-se no Uruguai e Argentina, excursionando durante dois meses, pelas capitais brasileiras a bordo da embarcação Itapura. Além de se apresentar nas emissoras de rádio com música e discursos, solidificando laços de amizade entre universitários, visitaram autoridades estaduais em todas as Capitais por onde passaram, de Porto Alegre até Belém do Pará. No Rio de Janeiro, o presidente Getúlio Vargas os recebeu no Catete. As composições de sua autoria, sambas e marchas - Bonequinha Loira, Não Posso Ver Você, Amei Uma Só Mulher, Minha Lili, Perto da Fogueira, Meu Bom São João, foram interpretadas pelo seu grupo musical, por seu amigo e parceiro Lupicínio Rodrigues, a iniciante Aracy de Almeida, as Irmãs Pagã - Elvira e Rosina Cozzolino- Sônia Barreto, Floriano Belham, os Quatro de Ouro, entre outros. Com a formatura, o conjunto se dissolveu.

Em 1938, Henrique Dorfmund transferiu-se para o Paraná, abandonou a música e, no ano seguinte, iniciou suas atividades profissionais no Ministério Público paranaense. Em 1945,




Garotos da Melodia

A estelita do Conjunto Universitário Garotos da Melodia no "grill-rooms" do Cinema de Espagnola, foi o momento de maior sucesso do grupo.
A atuação dos Garotos da Melodia no Cinema, proporcionou ao grande sucesso que o conjunto tem alcançado nos teatros, rádios, nas Broadcasting, Fortmagnos, nos Rádios Teatra e também nos Teatros, em Nostalgia Acadêmica.
Esses anos de intensa atividade, proporcionaram de sua autoria a da alegria, depois de cumprir o destino com o CASINO e com o P. R. R. 2 - Rádio Farnesópolis, São MONTEVÍDEO e BUENOS-AIRES, contratados para atuar nos melhores teatros de São Sulaméricana.
O conjunto GAROTOS da MELODIA é formado pelos seguintes membros: AMÉLIO FERRETTAS, JULIO MACHADO, HENRIQUE NOGUEIRA DORFMUND, MARCELO GARCIA, GILSON ALBUQUERQUE e RUBENS TAGLIANDI.

ingressou na magistratura em nosso Estado. Judicou nas comarcas de Reserva, Piraí do Sul, Tibagi, Campo Largo e Curitiba, como juiz auditor-militar. Apesar de ter permanecido 35 anos na magistratura paranaense, nunca divulgou seus dotes artísticos ou sua carreira de cantor. Com um brevê de piloto amador, instalou e presidiu aeroclubes pelas comarcas pelas quais passou. Nomeado desembargador do TJPR em 1966 e, em 1973, assumiu a presidência, em virtude do falecimento do titular, Des. Mercer Junior, e na gestão seguinte, foi eleito presidente. Aposentou-se em 1979. Homem austero, rigoroso, teve participação importante na criação de comarcas e construção de fóruns, buscando a modernização do Judiciário Estadual. Faleceu em 1984. 🖋️

Cyro Maurício Crema

Natural de Ponta Grossa, nascido em 1930. Bacharel pela primeira turma da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, em 1962, e portando o diploma número 001, daquele estabelecimento. Iniciou na magistratura em 1963. Aposentou-se em 2000. Dedicado à música, integra grupo de serestas que se reúne periodicamente, apresentando canções de agrado dos amigos, tendo gravado seis CD, em estúdio. 





Cavalos - Arthur José Nísio



Paisagem com Cavalos - Arthur José Nísio



POESIAS



Toga e literatura

BIANCA REGINA CRUZ ARENHART

As fotos aqui apresentadas foram tiradas por Bianca Regina Cruz Arenhart, no sítio de sua propriedade, às margens do Rio São João, no Distrito de Pedra Branca do Araraquara, Município de Guaratuba. Nascida em Curitiba, esposa do Des. Sérgio Arenhart, dedica-se ao cultivo e apreciação das flores e a arte da fotografia.



Orquídeas

A família das orquidáceas é composta por, aproximadamente, 30.000 espécies. As plantas encontram-se em todo o mundo, nas dunas, no deserto, no litoral, em pântanos, nas montanhas e especialmente nas florestas tropicais. A orquídea nativa corre o risco de extinção pela destruição de seu habitat natural, pois mais do que as outras plantas necessita de condições ecológicas para conservação e reprodução. A flora brasileira, uma das mais ricas do mundo, possui cerca de 2.300 espécies de orquídeas e, muitas têm sido usadas para produzir plantas híbridas. A cultura das orquídeas - Orchidaceae – é de interesse comercial e de colecionadores, além de se destinar à conservação da espécie. Ao contrário do que muitos pensam, as flores não são parasitas e sim, hóspedes, pois apenas utilizam as árvores ou arbustos como suporte para seu desenvolvimento. É um prazer esperar uma flor aparecer ou observar o surgimento de novas plantas. A orquídea antecede o homem em nosso planeta e são consideradas evoluídas no reino vegetal, pela forma, tamanho e perfume. Existem diversas lendas sobre sua origem. Destas, prefiro a das epífitas, que diz: No Oriente remoto, uma princesa se apaixonou por um jovem e foi por ele desprezada. Enlouquecida de amor, ao ver seu eleito transformado em uma árvore para sempre quis ali ficar abraçada, como uma linda flor, sem nada pedir, nem alimento. Soberana, mesmo na árvore, a orquídea se mostra esplendorosa, como símbolo do amor, sabedoria e evolução. Outra lenda, conta que Orchis, filho de um sátiro com uma nínfa, foi morto pelas sacerdotisas de Baco, deus do vinho. Graças às preces de seu pai, o filho Orchis foi transformado em uma flor, e recebeu o nome de orquídea.



PRISCILA PRADO



Nascida no Rio de Janeiro (RJ) em 1967. Bacharel em Direito pela UFPR em 1990. Mãe de dois filhos, fotógrafa e escritora, acompanhou seu marido magistrado, Carlos Henrique Licheski Klein, pelo interior paranaense. Colecionadora de palavras e autora da obra poética a qualquer momento AGORA – Edição da Autora - 2005 e a publicar, Encontros Desconcertantes. Expôs suas fotografias no Solar do Rosário, Curitiba, em outubro de 2005.

O amor não existe.

*Não existe o amor
de que falaram os românticos,
os jovens apaixonados,
os filmes, as músicas,
as telenovelas
Não existe o amor sem rugas
sem rugas
sem ser vívido*

*O amor que existe é este que aí está:
feito de dia a dia,
arroz, feijão e tempero
fazendo-se, desfazendo-se,
nascendo
o amor que deu frutos
visíveis e invisíveis
de cuja seiva nutrem-se
os amantes*





Solução

*Há dias chuvosos que te privam de fazeres coisas concretas
que as dissolvem, se teimares, como ao cimento fresco da calçada
Que umedecem ao invés de secar-te a roupa lavada
Que inturgescem o tempo e tornam visquentas as horas
Os dias chuvosos são dias de sapo!
- que com seu coaxar perene lento obliteram
as razões inexoráveis com que tinhas
tudo me-ti-cu-lo-sa-mente planejado
E transformam tudo em água*

O Fado de Coimbra

*Curvilínea, montanhosa -
não lhe falta
a sabedoria da idade nem a bondade
l a r g a*

*do regaço:
Coimbra é uma cidade velha e gorda.
Percorro suas redondidades,
escalo escadarias de ladeiras
que estavam no Rio 32 anos atrás!
Adivinho ratos e serpentes sob a folhagem
- delibero ignorar...
Do alto vejo mais
montanhas, horizontes sinuosos
- tudo isto é mundo demais:
Preciso encontrar o mar!
O mar! O mar!
- para além dele mora a saudade
de onde nunca mais voltaram
nossos ancestrais*

**nosso país é o mundo:
vasto, vario, intenso**

**(- fronteiroço a outros mundos:
vastos, vários, intensos)**

AZUL

*sustentado em densidade de pedra,
água, terra, ar
latejando sonoro, vibrante,*

VERDE


DOURADA

*sabedoria no secreto coração
de tantas cores tismado que refulge
BRANCO:
a paz*

VOZ DE MULHER

*não tem que ser frágil
para ser delicada
não tem que ser fina
para ser feminina
nem ser aguda
para ser penetrante
pode ser doce
sem ser enjoada
cálida
calma
clara
para ser escutada*

RICARDO LOPES SAMPAIO

Nasceu em 1947 na cidade mineira de Leopoldina. Realizou seus estudos no Rio de Janeiro e recebeu o grau de bacharel pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, em 1970. Exerceu a advocacia em empresas cariocas e foi delegado de polícia. Em 1978 transferiu-se para o Paraná e, após concurso, ingressou na magistratura paranaense. Judicou nas comarcas de São João do Triunfo, Colorado, Mandaguari, Paranavaí e Cambé, aposentando-se em 1996. No magistério, lecionou na Academia de Polícia do Rio de Janeiro, nas universidades de Maringá – UEM, do Norte do Paraná - UNOPAR, na Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Rolândia - FACCAR e na Pontifícia Universidade Católica de Londrina, paraninfolando diversas turmas dessas escolas. Professor da Escola da Magistratura e da Escola Superior de Advocacia, ambas em Londrina, membro de bancas examinadoras para o ingresso na Ordem dos Advogados e para contratação de professores universitários. Atualmente, integra escritório de advocacia e é o responsável pelo programa radiofônico 'Loucos por Música' na Rádio Universidade FM de Londrina, divulgando, com extremo bom gosto, a música brasileira. Participa como jurado em festivais de música e artes. Juiz probo, professor respeitado, cantor refinado, publica apreciadas crônicas e poesias, na imprensa falada e escrita. 

SALTO...

*Já no ar
A sensação é melhor que desejar
Tudo é calmo
Suave alvo e devagar*

*Não me é mais possível desistir
Nem mesmo resvalar em algo
Não há mais como sair
Estou infinitamente céu
Com ar de eternidade!*

Contra versos

MATAR
AMAR
GARIDA
AMAR
GURADA
AMAR
TELADA

Dó menor

ACORDO
EM DESACORDO
COM OS ACORDES
DESTAS CORDAS
QUE CORTAM
DE COR
MEU CORAÇÃO



Palavra x Silêncio

*Não há raciocínio
Quando o sentimento
É a grande ilusão!*

*Não há tristeza
Quando o adeus
É o gesto de perdão!*

*Não há remorso
Quando a morte
É a melhor solução!*

*Não incomoda a dor
Quando o sofrimento
É a última purificação!*

*Não aproveita o trabalho
Quando o ócio
É a arma da criação!*

*Não pena o paciente
Quando a cura
Passa pela incisão!*

*Não arranha o amor
Quando a ausência
É só um intervalo para respiração!*

*(nada resta da palavra quando
o silêncio é a virtude da emoção)*

PAI

Obrigado por tudo

*Pelo que disse
(e não)*

*Pelo que fez
(ou não)*

Até pelo silêncio

Eu consegui decifrar!

Desperto

Importar-me ou comportar-me?

- não importa!

o importante é que exporto,

porta afora,

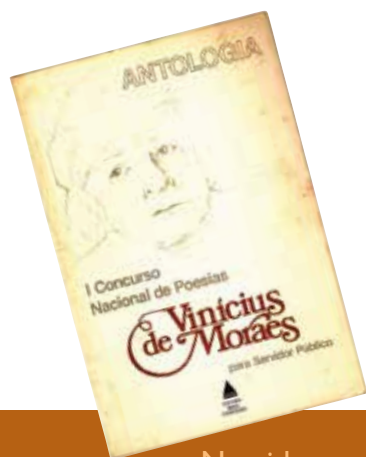
minha alegria

e que parto, esperto,

num sonho que só comporta

a minha magia!

MÁRIO STASIAK



Nascido em São Mateus do Sul (PR) em 1944, bacharel pela UFPR em 1970. Jornalista, poeta, ator, professor, advogado, ingressou na magistratura em 1987, julgando nas comarcas de Francisco Beltrão, Carlópolis e Cruzeiro do Oeste. Aposentou-se em 1995. Autor de **Auto da Fé Ocidental, A Última Flor do Ócio, De Cruzeiro às Cruzadas, Poemas Esparsos**, participante da antologia **Poetas Brasileiros de Hoje – 1986**. Premiado no I Concurso Nacional de Poesias Vinicius de Moraes - 1984, Concurso Nacional de Poesia Helena Kolodi – 1996 - Concurso Nacional de Literatura Cidade de Belo Horizonte - 2000.



“... Entre mais de dois mil concorrentes, um conjunto de poesias de Stasiak foi premiado, em segundo lugar, no I Concurso Nacional de Poesia Vinicius de Moraes, cujos três primeiros lugares couberam a poetas fora do eixo Rio/São- Paulo. A comissão julgadora compunha-se de seis nomes de grande expressão: Ferreira Gullar, Geir Campos, Moacir Felix, Olga Savaly, Nelson Werneck Sodré e Walmir Ayala”. Mario Stasiak exerceu o jornalismo nos 60, fez teatro e sempre esteve ligado a poesia. Participou do núcleo original do grupo Momento, fundado por Lara Sarmento e Oracy Gemba. Com Reinado Camargo, integrou o grupo Invasão, que montou “O santo Inquérito”, de Dias Gomes. Se o teatro foi abandonado, a poesia, não. Trabalhando com silêncio, mineiramente Mário tem dezenas de originais, habitando-se, agora na produção “chamada geral”, a publicar livros de poesias: “A Última Flor do Ócio”.

Aramis Milarch

“Diga-se, ‘ab initio’, que Mário Stasiak não é poeta pelo simples fato de fazer versos. Qualquer cidadão, no gozo inalienável dos direitos humanos, pode fazê-los. Pelo contrário, Stasiak faz versos, ou melhor, produz/inventa/cria poesia porque é poeta. O ‘distingue’ algo aristotélico (ou cartesiano) pode à primeira vista parecer sutil ou bizantino, mas é fundamental. Implica afirmar ou proclamar ‘urbi et orbi’ um fato indiscutível: a poesia autêntica (não me refiro aos seus simulacros, contratações ou ‘pastiche’) é uma compulsão do destino, uma exigência autocrática das musas de plantão – e não mero ato mais ou menos voluntarista do seu oficiante”.

João Manuel Simões

“O que Stasiak tem de veia e garra tem de falta de senso crítico: toma o joio por trigo, a ganga por ouro, caminha no escuro, opera de olhos fechados, atira no que pensa que vê, mata o que não vê, e isso é a coisa, e errando, por que errou de olhos fechados e boquiaberto, acerta! É muito importante ter um Mário Stasiak acertando desse jeito”.

Paulo Leminski Fº.

A GRAVATA

observo-a no escaninho
onde à noite se abriga
com sedução
de elegância desmedida:

1.
o esguio corpo de seda
pulsa (tal coisa viva)
onde (hipnótico) medra
todo feitiço de ofídio
enrodilhada em repouso
ressuma toda inocência
nada revela o seu jogo
ou malícia de serpente

2.
nem se prediz o perigo
que nas manhãs ostenta
saltando de seu abrigo
supera a fera: sedenta
o brilho de suas cores
ofuscando a luz do dia
desvenda os seus anéis
de constritora asfixia

3.
adaptável aos pescoços
alí seu veneno destila
e vira hábito ou vício
(com endosso da vítima)
seu estigma se carrega
visível por toda parte
quase que um emblema é
seu signo e passaporte

4.
portas não há cerradas
face ao brilho viscoso
basta se demonstre que
fácil giram nos gonzos
essa presença pressaga
pousa inquiete
sob a rituália macabra
dos ta-tãs da etiqueta

serpe e deusa Damballa
desse vodú muito ativo
sacrificando gargantas
para obter mortos-vivos

O CORPO

entre o golpe & o grito
& espelhos de um punhal
de noite saltou - aflito
para a manchete policial

hoje: corpo nu de delito
fedendo formol & formal
repousa em meio aos ritos
duma tarde médico-legal

não mais homem e nem mito:
composto de carne & cal
pálido gélido & hirto;
grande silêncio mineral

ao mármore tão adstrito
sobre & nele tão natural
é encaixe nesse granito
que o acolhe horizontal

não mais fome & detritos
nem a fama de um jornal:
apenas pedra no infinito
nua & em decúbito dorsal



MARIA ÂNGELA TASSI

Preparando a geléia.



Nos campos de Curitiba II.

Curitibana de nascimento, professora e artista plástica. Laureada no V Salão de Aquarela de São Paulo, em 2005, consagrou-se em aproximadamente sessenta exposições individuais. Seu trabalho, aparece registrado em obras literárias paranaenses e na antologia ítalo-brasileira 'Di Lettere ad Art Dal Colosso ad Corcovado'. Elogiada pela crítica por sua inata criatividade e original estilo, mantém e expõe suas telas em pinacotecas particulares no Japão, Inglaterra, Eslováquia, Espanha, Portugal e Moçambique. Integrante dos acervos do Clube Curitibano e dos Pintores Paranistas, no Solar do Rosário. Presidiu a Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba, gestão 2001/02. É autora dos projetos Arte com Arte, evento anual iniciado em 2001 e Movimento Paranaense de Arte e Cultura – MOPAC - desde 2006. É casada com o Des. José Simões Teixeira, magistrado aposentado.



Nos campos de Curitiba I.





Dança dos bules.



Dança das xícaras.



Costurando a bandeira do Brasil.






LUÍS SILVA E ALBUQUERQUE

*1916+1997

Natural de Traipu (AL), bacharel em Direito e em Administração e Finanças pela UFPR em 1945. Iniciou sua carreira na magistratura em 1947, julgando nas comarcas de Laranjeiras do Sul, Morretes, São Mateus do Sul, Antonina, Londrina, Lapa, Irati, Paranaguá, Ponta Grossa, chegando a

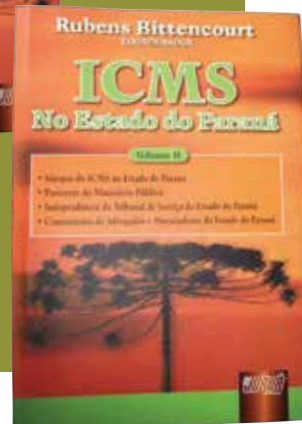


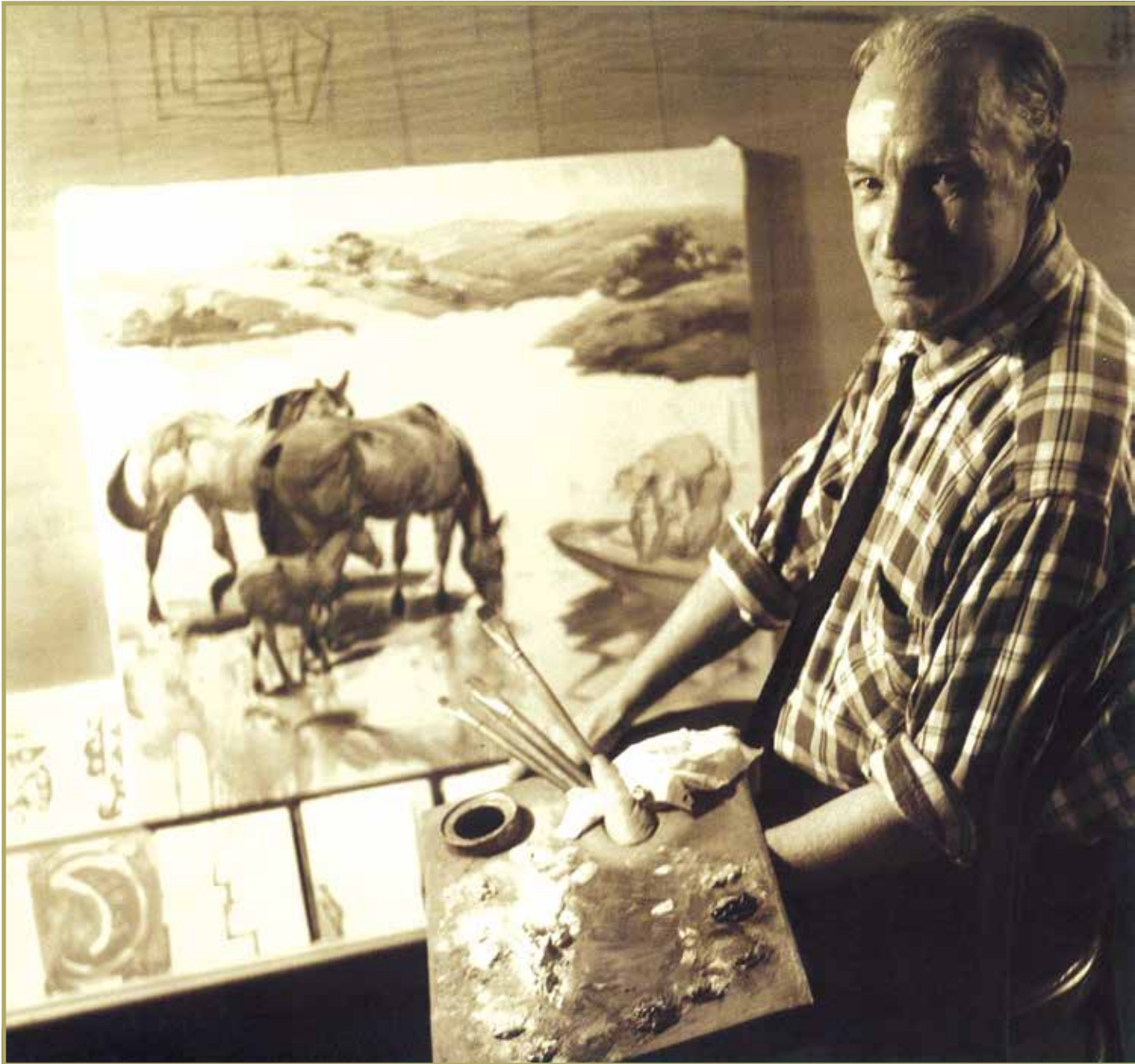
Curitiba, em 1962. Nomeado juiz de direito de segunda instância em 1970, ocupou esse cargo até sua aposentadoria. Exerceu o magistério secundarista e superior e pertenceu a União dos Escoteiros do Brasil. Publicou obras de poesias - Estrelas Cantantes e Pedacos de Um Coração - o romance, Seis Destinados Embalados pelo Amor, Mensagens de um Magistrado Escoteiro, Retrospectiva de um Entardecer e a tese, Reflexos da Contabilidade no Direito. Patrono do fórum de Antonina. 



RUBENS BITTENCOURT


Nasceu em Irati (PR) em 1938. Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, na turma de 1967 e licenciado em Geografia pela UFPR, em 1968. Iniciou-se na magistratura paranaense em 1978, percorrendo as comarcas de Rolândia, Jaguapitã, Porecatu, Cruzeiro do Sul, Nova Londrina, Cambé, Foz do Iguaçu, Nova Esperança, Apucarana e novamente Rolândia, onde veio a se aposentar em 1989. Exerceu o magistério na Escola da Magistratura do Paraná e ocupou o cargo de Assessor de Desembargador do TJPR. Autor das obras Instituições do Direito Econômico - Mercosul e Globalização e ICMS no Estado do Paraná - Legislação Atualizada, vol. I e vol. II. ✎





Arthur José Nísio

nasceu em Curitiba em 1906. Faleceu em 1974 aos 68 anos.

Freqüentou o curso de Desenho e Pintura no Instituto de Belas Artes de Porto Alegre e retornou a Curitiba para estudar com Lange de Morretes e João Turin. No Salão da Primavera do Clube Concórdia recebeu a medalha de ouro com a tela “Camélias”. Premiado no Salão Paranaense de 1928, com o quadro “Tomada de Monte Castelo”, atualmente no Colégio Estadual do Paraná, recebeu uma bolsa de estudos de aperfeiçoamento na Alemanha. Matriculou-se como aluno-compositor na Academia de Belas Artes de Munique. Manteve-se naquele país até 1945, freqüentando o meio artístico, participando de exposições e sempre merecedor de crítica favorável. Nos duros anos da guerra, obrigado a trabalhar num campo de lavoura, conseguiu abandonar o país, apesar de impedido de trazer seus objetos pessoais, telas, esculturas, gravuras e documentos, inclusive. Chegado ao Brasil, em 1948, participou da instalação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná e lecionou Modelagem, substituindo o Prof. Oswald Lopes, Desenho e Desenho de Modelo Vivo. Considerado um dos mestres da pintura paranaense e um dos maiores animalistas brasileiros. É autor do quadro histórico “Chegada do Presidente Zaccarias”, retratando anonimamente vários curitibanos. A tela de grandes proporções ornamenta o Salão Vermelho do Palácio Iguazu. Parte de suas obras pertencem a colecionadores particulares, admiradores do talento de Arthur Nísio. As expostas no Gabinete da Presidência do TJPR foram adquiridas de um espólio, na gestão do Des. Alceste Ribas de Macedo, na década de 70. 



Arthur José Nísio